

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (MESTRADO)

ADRIANO STEFFLER

**OS VERBOS MODAIS DO PORTUGUÊS SOB UMA
PERSPECTIVA DE TRAÇOS FUNCIONAIS**

MARINGÁ – PR
2013

ADRIANO STEFFLER

OS VERBOS MODAIS DO PORTUGUÊS SOB UMA
PERSPECTIVA DE TRAÇOS FUNCIONAIS

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de
Maringá, como requisito parcial para a obtenção do
grau de Mestre em Letras, área de concentração:
Estudos Linguísticos.
Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Cristina Jaeger Hintze

MARINGÁ – PR
2013

RESUMO

Neste trabalho procurar-se-á tratar, primordialmente, da natureza funcional dos verbos modais, objetivando demonstrar que a consideração dos seus traços funcionais imanentes é relevante para uma classificação adequada dos constituintes dessa categoria. Parte-se, portanto, do pressuposto de que os verbos modais não formam simples pares opostos, mas constituem uma gradação de subjetivação. Essa questão, omitida na maioria dos trabalhos sobre os modais, apresenta grande importância para a sua classificação e, devido à relativa escassez de obras sobre eles em língua portuguesa e às incongruências de sua classificação, pretende-se oferecer uma contribuição no que se refere à classificação e delimitação dessa categoria. A verificação da hipótese apresentada será feita em um *corpus* de textos religiosos católicos, mais especificamente, artigos de opinião de bispos da CNBB. Ao apresentar um breve panorama da história e dos fundamentos epistemológicos da perspectiva funcionalista, pretende-se deixar claro que a modalização não deve ser tratada como uma categoria estanque. A partir disso, oferecer-se-á uma introdução aos conceitos de modalização, culminando com a definição da categoria verbo modal. Dessa forma, a modalização, neste trabalho considerada de um ponto de vista geral, oferecerá os aportes teóricos para a definição de parâmetros gerais adequados para classificar os modais. De modo a justificar o tratamento relativamente inovador aplicado aos modais neste estudo, será apresentada uma breve trajetória da história dessa categoria, deixando explícitos os motivos para que a sua heterogeneidade formal e funcional tenham sido relegadas e, por vezes, omitidas pelas gramáticas tradicionais, a fim de demonstrar a relevância de uma classificação fundamentada em traços funcionais para essa categoria. A noção de que os verbos modais devem ser classificados de acordo com o grau de subjetivação que expressam será, portanto, o fio condutor deste trabalho.

Palavras-chave: verbos modais, traços funcionais, prototipicidade.

ABSTRACT

In this work we try to address primarily the functional nature of modal verbs, aiming to show that the consideration of their functional immanent traces is relevant to a proper classification of the constituents of this category. We assume, therefore, that the modal verbs do not form simple oppositional pairs, but constitute a gradation of subjectivity. This question, omitted from most works on modals, has great importance for its classification, and because of the relative lack of literature on the modal verbs in Portuguese and the inconsistencies of its classification, we intend to provide a contribution regarding the classification and delineation of this category. The verification of the hypothesis will be presented in a corpus of catholic religious texts, more specifically opinion articles of bishops of CNBB. Providing a brief overview of the history and epistemological foundations of functionalist perspective, it is intended to make clear that the modality should not be treated as a tight category. From this, we will provide an introduction to the concepts of modality, culminating in the definition of the modal category. Thus, the modality, in this study considered from a general point of view, will provide the theoretical framework for setting general appropriated parameters to classify the modals. In order to justify this relatively innovative treating applied to modals in this study, a brief history of this category will be presented, making explicit the reasons for their formal and functional heterogeneity have been relegated and sometimes omitted by traditional grammars, demonstrating the relevance of a classification based on functional traces for that category. The concept that modal verbs should be classified according to the expressed degree of subjectivity constitutes the thread of this work.

Keywords: modal verbs, functional traces, prototypicality.

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| QUADRO 1: COMPARAÇÃO DE VERBOS MODAIS..... | 37 |
| QUADRO 2: PROPOSTA DE PARÂMETROS DE CLASSIFICAÇÃO DOS VERBOS MODAIS..... | 42 |
| QUADRO 3: OCORRÊNCIAS DOS VERBOS MODAIS..... | 59 |
| QUADRO 4:TEMPO DO ADVENTO (<i>PODER</i>)..... | 61 |
| QUADRO 5:TEMPO DO ADVENTO (<i>DEVER</i>)..... | 63 |
| QUADRO 6:TEMPO DO ADVENTO (<i>QUERER</i>)..... | 64 |
| QUADRO 7:TEMPO DO NATAL (<i>PODER</i>)..... | 66 |
| QUADRO 8:TEMPO DO NATAL (<i>DEVER</i>)..... | 67 |
| QUADRO 9: TEMPO DO NATAL (<i>QUERER</i>)..... | 68 |
| QUADRO 10: TEMPO DA QUARESMA (<i>PODER</i>)..... | 69 |
| QUADRO 11: TEMPO DA QUARESMA (<i>DEVER</i>)..... | 70 |
| QUADRO 12: TEMPO DA QUARESMA (<i>QUERER</i>)..... | 72 |
| QUADRO 13: TEMPO DA PÁSCOA (<i>PODER</i>)..... | 73 |
| QUADRO 14: TEMPO DA PÁSCOA (<i>DEVER</i>)..... | 75 |
| QUADRO 15: TEMPO DA PÁSCOA (<i>QUERER</i>)..... | 76 |
| QUADRO 16: TEMPO COMUM (<i>PODER</i>)..... | 78 |
| QUADRO 17: TEMPO COMUM (<i>DEVER</i>)..... | 79 |
| QUADRO 18: TEMPO COMUM (<i>QUERER</i>)..... | 81 |
| QUADRO 19: ÍNDICES DE PROTOTIPICIDADE..... | 81 |

LISTA DE ANEXOS

| | |
|--|-----------|
| QUADRO 1: FORMAS DE CONSIDERAÇÃO DOS VERBOS MODAIS..... | 90 |
| QUADRO 2: VERBOS MODAIS E FASES ACIONAIS..... | 91 |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 9 |
| CAPÍTULO 1: O FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO | 11 |
| 1. A PERSPECTIVA FUNCIONALISTA | 11 |
| 1.1. O FUNCIONALISMO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS | 13 |
| 1.2. O FUNCIONALISMO NA LINGUÍSTICA | 14 |
| CAPÍTULO 2: OS FENÔMENOS MODAIS | 16 |
| 2.1. MODALIZAÇÃO, MODO E VERBO MODAL | 16 |
| 2.1. PERSPECTIVAS SOBRE A NOÇÃO DE MODALIDADE | 21 |
| 2.1.1. AS MODALIDADES VERBAIS | 23 |
| 2.1.2. A MODALIDADE COMO CATEGORIA FORMAL E FUNCIONAL 24 | |
| 2.1.3. MEIOS DE EXPRESSÃO DA MODALIDADE | 25 |
| 2.2. VERBOS MODAIS | 27 |
| 2.2.1. CARACTERÍSTICAS DOS VERBOS MODAIS | 28 |
| 2.2.2. VERBOS MODAIS E OUTRAS CATEGORIAS | 29 |
| 2.2.3. VERBOS MODAIS E TEMPO | 30 |
| 2.2.4. VERBOS MODAIS E POLARIDADE NEGATIVA | 30 |
| 2.2.5. VERBOS MODAIS E ASPECTO | 31 |
| 2.2.6. VERBOS MODAIS E EVIDENCIALIDADE | 32 |
| 2.2.7. VERBOS MODAIS E FASES ACIONAIS | 33 |
| CAPÍTULO 3: HISTORIOGRAFIA E PARÂMETROS DE ANÁLISE DOS VERBOS MODAIS DO PORTUGUÊS | 34 |
| 3.1. BREVE INTRODUÇÃO À HISTORIOGRAFIA DOS VERBOS MODAIS DO PORTUGUÊS | 34 |
| 3.1.1. INFLUÊNCIA DA GRAMATICOGRAFIA DE OUTRAS LÍNGUAS NA DEFINIÇÃO DA CATEGORIA VERBO MODAL EM PORTUGUÊS | 36 |
| 3.2. PARÂMETROS DE ANÁLISE E SUAS JUSTIFICATIVAS | 39 |
| CAPÍTULO 4: ANÁLISE E RESULTADOS | 56 |
| 4.1. DEFINIÇÃO DO GÊNERO TEXTUAL E DE SUAS PECULIARIDADES .. | 56 |
| 4.1.1. O ARTIGO DE OPINIÃO CATÓLICO E O ARGUMENTO DE AUTORIDADE | 56 |
| 4.1.2. O ANO LITÚRGICO | 57 |
| 4.2. METODOLOGIA DE PESQUISA | 58 |

| | |
|--|-----------|
| 4.3.1. ANÁLISE QUANTITATIVA | 59 |
| 4.3.2. ANÁLISE QUALITATIVA | 60 |
| 4.4. ANÁLISE DOS RESULTADOS | 81 |
| CONCLUSÃO..... | 83 |
| BIBLIOGRAFIA CONSULTADA | 85 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 87 |
| ANEXOS | 90 |

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, procura-se evidenciar a relevância de uma consideração dos verbos modais fundamentada em traços funcionais. Tal perspectiva, baseada em diferentes concepções de diversos autores (DE HAAN, 2005; JOHNEN, 2003, NEVES, 2006), visa a demonstrar que os valores expressos pelo verbo modal não se apresentam como meros pares opositivos, mas formam uma gradação de subjetivação. Apesar da aparente heterogeneidade formal dessa categoria, é possível perceber que não há correspondência direta entre a forma e o significado expresso, advindo desse fato a intenção desta pesquisa de considerar os aspectos funcionais subjacentes aos verbos modais. Desse modo, os parâmetros aqui apresentados revelam o seu caráter multifacetado.

Dada a relativa escassez de obras a respeito dos verbos modais em língua portuguesa e a aparente ineficiência de sua classificação estanque, teve-se o intuito de apresentar uma contribuição no que se refere à classificação e delimitação dessa categoria.

Ao realizar esta pesquisa, partiu-se do pressuposto de que a categoria supramencionada é definida a partir de traços funcionais, constituindo uma gradiência, e não a partir de simples pares opositivos. Assim, a noção de que os verbos modais somente podem ser bem definidos em um contexto decorre do fato de que os seus traços funcionais estão relacionados a toda a rede argumental, e não somente ao próprio modal. É necessário, portanto, considerar também o contexto e o entorno comunicativo em que se situa determinado enunciado, pois somente assim é possível delimitar efetivamente o escopo de atuação e o grau de subjetivação do verbo modal. Objetiva-se, portanto, verificar essa hipótese, de modo a evidenciar a relevância da consideração de parâmetros funcionais na sua classificação.

No que se refere à divisão do trabalho, optou-se por organizá-lo em quatro capítulos, cada qual dividido em seções e subseções, destinadas a melhor explicar as questões teóricas relevantes e apresentar a pesquisa realizada. Assim, o primeiro capítulo oferece um breve panorama da história e dos fundamentos epistemológicos da perspectiva funcionalista. O segundo capítulo, por sua vez, objetiva oferecer uma introdução aos conceitos de modalização/modalidade, modo e verbo modal, sendo apresentadas explicações mais aprofundadas para esta última categoria. Esse capítulo, voltado à apresentação dos estudos e das questões sobre a modalização de um ponto de

vista geral, culmina com a apresentação da definição e das características formais e funcionais dos verbos modais. Devido à sua importância no estudo das línguas naturais, apresenta-se, brevemente, a questão das interações dessa categoria com outras categorias linguísticas, como tempo, modo, aspecto, polaridade negativa, evidencialidade e fase acional. O terceiro capítulo é inteiramente dedicado aos verbos modais, e subdivide-se em duas seções: na primeira, é apresentada uma breve trajetória da história dessa categoria, explicitando os motivos para que a sua heterogeneidade formal e funcional sejam escamoteadas pelas gramáticas tradicionais, para, na segunda seção, demonstrar a relevância de uma classificação baseada em traços funcionais. A segunda seção é de particular importância por apresentar a hipótese de que os modais podem ser classificados segundo uma gradação do nível de subjetivação que expressam, bem como a justificativa para a classificação proposta. Ainda na segunda seção, são definidos e explicados os parâmetros de análise a serem empregados na pesquisa. O quarto capítulo é dedicado inteiramente à análise e ao comentário de ocorrências de verbos modais, extraídos de artigos de opinião católicos. Nesse capítulo, são aplicados os parâmetros elencados anteriormente, a fim de demonstrar a importância e a relevância de uma classificação funcional dessa categoria.

A partir dos resultados obtidos na análise, pôde-se observar que a modalização, de fato, se configura como uma propriedade escalar, estando o nível de subjetivação conferido aos enunciados sujeito a influências de ordem diversa. Os modais que apresentaram um índice de prototipicidade maior correspondem à noção generalizada de que podem ser definidos e compreendidos fora de um contexto (por exemplo, o verbo *querer*), ao passo que verbos com baixo índice de prototipicidade necessitam de um contexto e, por vezes, da explicitação de sua relação com a rede argumental para que o seu significado possa ser adequadamente definido (por exemplo, os verbos *dever* e *poder*).

CAPÍTULO 1: O FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO

Neste capítulo, será apresentada uma breve descrição da perspectiva funcionalista, que constitui o fundamento teórico da presente pesquisa. Essa descrição é importante para familiarizar o leitor com a fundamentação e os procedimentos metodológicos que serão apresentados nos capítulos seguintes.

1. A PERSPECTIVA FUNCIONALISTA

O funcionalismo se caracteriza como uma ampla perspectiva teórica, que objetiva explicar os fenômenos sociais e antropológicos, relacionando-os à questão da função que eles desempenham em determinado contexto sociocultural. O termo “funcionalismo” associa-se, de forma geral, a fenômenos sociais e culturais, cujo objetivo é o de mostrar as “funções” que certos ritos ou manifestações exercem. Apesar da variedade de concepções teóricas relacionadas ao funcionalismo, procuraremos aqui nos restringir somente ao funcionalismo linguístico.

O conceito de função apresenta-se num papel de destaque na perspectiva funcionalista, conferindo uma nova forma de considerar os estudos da linguagem. Assim, antes do funcionalismo, havia uma forte tendência a estudar as línguas apenas a partir de suas características formais, e elas eram consideradas meros sistemas compostos por regras combinatórias autônomas, ou seja, as línguas eram vistas como entidades externas ao ser humano. Quaisquer características que não se enquadrassem em critérios puramente formais, eram prontamente rejeitadas nas análises. A distinção entre língua como sistema e língua como instrumento de comunicação apresenta-se, sobretudo, na dicotomia *língua* e *fala*, proposta por Ferdinand de Saussure em sua obra *Curso de linguística geral*, publicada no ano de 1916. A fala, elemento individual da linguagem, inicialmente relegada a segundo plano pela linguística estrutural, tornar-se-ia, posteriormente, a pedra de toque dos estudos linguísticos. Uma dessas perspectivas teóricas, surgidas em Praga, enfatizaria a importância das funções nas línguas. Esse movimento era conhecido como *Círculo Linguístico de Praga* e foi fundado em 1926. Com ele, surgia também o Funcionalismo. O impacto dessa perspectiva teórica seria tão grande a ponto de cindir os estudos linguísticos do século XX em dois pólos: os formalistas, continuadores da tradição estruturalista, e os funcionalistas, que expandiram

os pressupostos do Círculo Linguístico de Praga. A influência dessa escola se estendeu a outras áreas, nomeadamente, à antropologia.

Até o surgimento da perspectiva funcionalista, os estudos linguísticos se dedicavam à análise de características formais das línguas humanas. Por esse motivo, a morfologia e a sintaxe ocupavam um papel de destaque. Com o advento do funcionalismo, passou-se a dispensar atenção também à semântica e à pragmática.

Num primeiro momento, o funcionalismo aparenta constituir uma teoria homogênea, apresentando abordagens baseadas em uma única concepção epistemológica ou teleológica ou, ainda, em um único autor. Contudo, ele se caracteriza justamente pela sua heterogeneidade, dividindo-se em várias perspectivas que apresentam pressupostos teóricos e concepções epistemológicas variadas acerca do fenômeno da linguagem. Dessa maneira, definir quais os “funcionalismos” existentes constitui uma tarefa complexa, pois “provavelmente existem tantas versões do funcionalismo quantos linguistas que se chamam funcionalistas, denominação que abrange desde os que simplesmente rejeitaram o formalismo até os que criam uma teoria” (PRIDEAUX, 1994 *apud* NEVES, 2004, p. 1).

A despeito de as suas concepções teóricas variarem, é possível notar vários pontos em comum entre elas, destacando-se a consideração da língua como fenômeno que se modifica constantemente, ou seja, a língua constitui uma entidade que cede às pressões de uso. O funcionalismo linguístico procura analisar a língua em uso, pois, para estudá-la adequadamente, é necessário considerá-la num contexto sociocultural. Também prevê a primazia da função sobre a forma, característica essa que já demonstra a sua objeção aos postulados da corrente formalista (estruturalismo, gerativismo). A língua é considerada instrumento de interação social, cuja principal função é a da comunicação. Ao contrário do formalismo, o funcionalismo procura demonstrar que a aquisição da linguagem não se caracteriza como uma propriedade inata, mas que ela é moldada pelo contexto sociocultural em que está inserida, servindo a determinadas funções comunicativas, sociais e culturais. Assim, a questão do inatismo é rejeitada, demonstrando que a capacidade linguística é desenvolvida por uma experiência cognitiva rica (MARTELOTTA, 2009, p. 158).

Com base no grande número de autores que se consideram funcionalistas, sem se identificar com uma tradição específica, poderíamos questionar se o funcionalismo linguístico constitui uma perspectiva teórica ou uma teoria.

Todas as vertentes teóricas do funcionalismo concordam que a linguagem apresenta, primordialmente, uma função comunicativa, ou seja, ela constitui um instrumento de comunicação, e não um mero sistema formal que a codifica. No que concerne a esta questão, percebe-se a nítida objeção aos postulados formalistas: o funcionalismo se opõe, sobretudo, à teoria da sintaxe autônoma, e procura demonstrar que esta apresenta um caráter emergencial, sendo definida por meio das diferentes situações comunicativas.

Os fundamentos para o que mais tarde se tornaria a perspectiva funcionalista surgiram com os trabalhos desenvolvidos no Círculo Linguístico de Praga. Por sua vez, as bases teóricas do funcionalismo se encontram no conceito saussureano de língua como um sistema funcional. O funcionalismo prevê a natureza dual da linguagem, que é simultaneamente sistema e função, constituindo um sistema de comunicação. Relativamente a isso, Redwood (2002, p. 38) afirma:

O aspecto mais característico da Escola de Praga é sua combinação de estruturalismo com funcionalismo. Funcionalismo aqui entendido como uma apreciação da diversidade de funções desempenhadas pela língua e um reconhecimento teórico de que a estrutura das línguas é, em grande parte, determinada por suas funções características.

A forma linguística não é de todo rejeitada, mas a ela é atribuída um nível de importância menor. Assim, o funcionalismo procura analisar as relações entre as estruturas gramaticais das línguas naturais e os diversos contextos comunicativos em que são empregados. O funcionalismo apresenta propostas teóricas e metodológicas e concepções distintas no que se refere à análise linguística, passando a considerar, além de aspectos formais, como a sintaxe e a morfologia, também aspectos semânticos e pragmáticos. Os procedimentos metodológicos também são bastante distintos. A linguagem é considerada, portanto, um instrumento de interação social.

1.1. O FUNCIONALISMO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Em suas origens, o funcionalismo constituía um fenômeno epistemológico voltado à explicação de manifestações antropológicas (MALINOWSKI, 1922; RADCLIFFE-BROWN, 1952), e procurava explicar a organização das sociedades humanas em termos de forma e função. A partir desses conceitos, buscava-se demonstrar como as formas eram definidas pelas suas funções. A relação entre essas

entidades na antropologia era transparente e direta e, desse modo, a cada forma correspondia uma função. Em uma sociedade, determinada função social pode, segundo o funcionalismo antropológico, servir para obter objetos ou favores, ou então para satisfazer necessidades imediatas, o que caracteriza a relação transparente entre forma e função. Ele também é caracterizado por oferecer explicações sobre diversos aspectos de uma sociedade a partir das funções exercidas pelas instituições nela existentes, bem como pelas condições atingidas por essas funções. Essa forma de funcionalismo considera a sociedade como um sistema complexo, cujas partes agem conjuntamente, de modo a promover a estabilidade e a solidariedade.

O conceito de função representa, portanto, uma necessidade ou uma contribuição que resulta em um feito social ou uma instituição, com o intuito de obter condições específicas do sistema. Um dos principais questionamentos do funcionalismo refere-se a como se inter-relacionam as instituições e as crenças de uma sociedade, e de que forma e em qual proporção contribuem para a subsistência do sistema sociocultural.

1.2. O FUNCIONALISMO NA LINGUÍSTICA

Na linguística, por sua vez, a relação entre forma e função não se apresenta de modo tão transparente quanto nas ciências sociais. Como a língua é empregada para propósitos comunicativos, há variação na relação entre forma e função. Assim, a determinada forma podem corresponder duas ou mais funções, e vice-versa.

As concepções sobre a natureza da linguagem apresentadas pelo funcionalismo são relativamente heterogêneas, indo desde aquelas que postulam que a gramática emerge do uso, não havendo, por isso, uma gramática universal nem parâmetros inatos subjacentes às línguas naturais, até as que defendem a linguagem como uma característica inata, que é, por assim dizer, desencadeada pelo contato com a língua. Dessa maneira, a sintaxe seria fortemente motivada por fatores semânticos e pragmáticos e, inclusive, por fatores sociais. Pelo fato de ela não ser autônoma, a gramática das línguas naturais teria um caráter emergencial, ou seja, a sua forma seria definida a partir de fatores extralinguísticos, estando, portanto, sujeita às pressões do uso. Para explicar esses fenômenos, o funcionalismo, segundo Martelotta (2009, pp. 167-174), recorre a alguns princípios, como a informatividade (refere-se aos conhecimentos compartilhados pelos interlocutores), a iconicidade (diz respeito à relação natural e motivada entre as formas das línguas e suas respectivas funções), a

marcação (explícita a relação de contraste existente entre dois elementos linguísticos, no caso de um deles apresentar uma forma ausente no outro), a transitividade (constitui uma propriedade escalar que focaliza diversos ângulos de transferência da ação de um agente para um paciente em diferentes porções da oração) e a gramaticalização (designa um processo supostamente unidirecional, em que determinados itens lexicais e construções sintáticas, em determinados contextos, assumem novas funções gramaticais, sendo esse um processo contínuo), princípios estes que descrevem e explicam as mudanças que ocorrem nas línguas.

Um ponto importante a ser considerado é o fato de o funcionalismo ter introduzido a pragmática em suas análises. Se antes, para os formalistas, a pragmática estava na periferia dos fenômenos linguísticos, agora, para os funcionalistas, ela se situa numa posição de destaque. Essa valorização da pragmática deveu-se ao fato de a língua ser considerada instrumento de comunicação.

CAPÍTULO 2: OS FENÔMENOS MODAIS

Este capítulo, dividido em duas seções, objetiva apresentar primeiramente uma introdução aos conceitos de modalização, modo e verbo modal, oferecendo, assim, um panorama geral das formas de tratamento dados a esses fenômenos. Partir-se-á, portanto, de uma perspectiva mais geral para uma mais específica, culminando na apresentação dos verbos modais e das suas interações com diferentes categorias linguísticas.

2.1. MODALIZAÇÃO, MODO E VERBO MODAL

Nesta pesquisa, com base em autores como De Haan (2005), Palmer (1986), Sweetser (1990), consideraremos as categorias *modalização*, *verbo modal* e *modo verbal* fenômenos inter-relacionados, que, apesar de suas diferenças, perceptíveis, sobretudo, no âmbito formal, partilham de traços semânticos comuns, tais como pressuposição, certeza, incerteza, dúvida, dever, poder, vontade, desejo, etc. A sua manifestação formal bastante variada leva alguns pesquisadores a considerarem cada uma dessas categorias um fenômeno independente. Em casos mais extremos, são considerados como pertencentes ao campo da modalização também outros fenômenos, como a evidencialidade (DE HAAN, 2005). Exemplifiquemos isso com os seguintes enunciados¹:

(1a) Sozinhos, **podemos** não conseguir o intento. (MOURA, 2009)

(1b) Sozinhos, **talvez** não consigamos o intento.

Apesar de os meios lexicais aqui empregados apresentarem grande variabilidade formal e estrutural, os significados expressos são semelhantes, ou seja, os enunciados acima são semanticamente equivalentes. Esse fato demonstra que, “obviamente, não apenas verbos fazem modalização dos enunciados, e os diversos modos de expressão da modalidade operam diferentemente no fazer do enunciado” (NEVES, 2006, p. 65).

¹ Os exemplos apresentados nesta pesquisa são todos oriundos de um *corpus* de artigos de opinião de bispos da CNBB, referentes ao ano litúrgico de 2009. Assim, de modo a evitar uma exacerbada quantidade de referências bibliográficas, os autores serão apresentados apenas nos exemplos.

A diferença entre os fenômenos de modalidade, que abrangem os verbos modais, os modos verbais e os modalizadores, refere-se, primordialmente, à forma como essas entidades são codificadas morfosintaticamente, com o intuito de exprimir as condições biossociais de realização de um evento. Autores como Neves (2000) denominam esse fenômeno como *modalização*. Por outro lado, autores como De Haan (2005) preferem o termo *modalidade*, o qual, devido à abrangência de seu estudo, doravante passará a ser empregado em referência a fenômenos modais de forma generalizada. Esse termo engloba, portanto, as categorias verbo modal, modalização e modo verbal, que serão aqui consideradas, com base em De Haan (2005), constituintes de um macrofenômeno, que engloba todos os fenômenos modais das línguas naturais, pelo fato de apresentarem uma natureza semântica semelhante.

A modalidade, considerada em sua forma mais ampla, constitui uma propriedade escalar, o que torna complexa a análise desse fenômeno, visto que, além das diferentes formas de representação existentes, cada uma delas apresenta um matiz de nuances de significado. Comparem-se, a título de exemplo, os seguintes enunciados com ocorrências do verbo modal *poder*:

- (2) Não **podemos** nos esquecer de que a violência é também enfocada pelas notícias que vêm do exterior, de países tidos como socialmente justos e com população controlada e orientada. (TEMPESTA, 2009)
- (3) Ao lado destes sentimentos de autonomia e autorrealização, **pode** existir a ganância de superioridade, galgando os degraus da independência. (BATTISTI, 2009)
- (4) Não se **pode** negar que a credibilidade das instituições é sofrível. (PAGOTTO, 2009)
- (5) Família são tios, avós e parentes próximos que **podem** ser estimulados a assumir uma criança, por exemplo, quando da perda ou abandono dos pais. (PAGOTTO, 2009)

No exemplo (2), o verbo modal *poder* apresenta um significado de conselho. Em (3), por sua vez, o mesmo verbo apresenta sentido de possibilidade. No exemplo (4), o verbo *poder* apresenta uma constatação de um fato, apresentando significado quase evidencial. Em (5), *poder* revela um significado de obrigação, assemelhando-se ao verbo modal *dever*. Especialmente no último exemplo, o verbo modal *poder* se afasta do

seu valor deôntico prototípico de indicação de capacidade física e mental ou permissão. Nota-se que uma mesma forma linguística pode apresentar valores diversos, o que nos remete à ideia de que a modalização constitui uma propriedade escalar, e que o afastamento ou a proximidade do centro prototípico produz nuances de significado. Desse modo, a simples oposição entre alguns parâmetros de classificação dos modais não parece dar conta de recobrir toda a vasta gama de significados possíveis.

A ideia de que a modalidade deve ser entendida, primordialmente, como fenômeno semântico se encontra em De Haan (2005, p. 3), que afirma: “A maior parte da literatura tipológica sobre modalidade trata de seus aspectos semânticos. Isso condiz com o pensamento geral de que a forma linguística pode ser mais bem explicada a partir do uso da língua”. (tradução nossa)².

Aqui, a modalidade será vista como uma forma de tomada de consideração dos eventos do mundo pelo locutor, ou seja, será considerada em sentido lato. Comumente, os estudos sobre verbos modais costumam definir a modalização como “uma expressão da atitude do falante com relação ao que é dito” (NEVES, 2006, p. 65). Ao pesquisarmos em gramáticas, sejam elas de cunho tradicional, gerativo ou funcional, encontramos definições que, em sua essência, são idênticas, relacionando o fenômeno da modalização, aí se incluindo os verbos modais, a um modo de considerar subjetivo dos enunciados por parte do locutor. A título de exemplo, apresenta-se abaixo um excerto com uma afirmação dessa natureza:

As modalidades linguísticas são caracterizadas pela subjetividade, pois expressam uma relação de comprometimento do falante com aquilo que ele enuncia; mesmo não revelando a fonte de seu saber, de suas crenças ou valores morais ao modalizar suas sentenças, o falante se posiciona diante de seu enunciado. (COMPARINI, 2008, p. 32)

Apesar de ser possível, a princípio, concordar com tal asserção, visto que um enunciado efetivamente produzido por um falante pode apresentar, de fato, um matiz subjetivo, há casos em que ela parece não se aplicar adequadamente. Devemos, por outro lado, pensar também em como podemos avaliar o comprometimento do falante com aquilo que ele diz. Vejamos alguns exemplos, com os verbos *poder*, *dever* e *querer*:

² “Most of the typological literature on modality is concerned with its semantic aspects. This is in accord with the general philosophy that the linguistic form can best be explained from the language use”.

(6) PODER

(6a) A espera **pode** também se tornar incômoda. (AGNELO, 2009)

(6b) Esta dimensão folclórica das festividades natalinas tem também seu sentido. Suas origens, tantas vezes pouco conhecidas, remetem ao sentido do bem e da solidariedade, ao compromisso com a alegria que se **pode** devolver ao coração das pessoas. (AZEVEDO, 2009)

(6c) Em nome do Evangelho não **podemos** desistir de uma cultura de paz [...] (BOHN, 2009)

No exemplo (6a), o verbo modal *poder* expressa um significado epistêmico de possibilidade, ao passo que em (6b), é expresso um valor deôntico de capacidade. No exemplo (6c), a polaridade da oração influencia diretamente o significado de *poder*, que apresenta valor deôntico, equivalendo a *dever*. Os valores modais expressos nos exemplos acima estão todos de acordo com a noção de que apresentam valor subjetivo, ou seja, que se originam de uma entidade com os traços semânticos [+animado] e [+humano].

(7) DEVER

(7a) Tempo do Advento é, portanto, tempo de espera de alguém que **deve** chegar. (AGNELO, 2009)

(7b) A terra é dom de Deus e casa de todos e, como tal, **deve** ser preservada (BATTISTI, 2009)

(7c) Como se procurassem um despertador que lhes dissesse a que hora **devem** levantar-se. (AGNELO, 2009)

No exemplo (7a), o verbo modal *dever* apresenta um valor que flutua entre o epistêmico e o deôntico, pois ele expressa, ao mesmo tempo, certeza e valor de tempo futuro. No caso de (7b), *dever* apresenta valor deôntico e significado de obrigação, apresentando o seu valor prototípico. O exemplo (7c) expressa valor deôntico e significado de necessidade. No caso do verbo modal *dever*, temos duas questões problemáticas, a respeito das quais é necessário refletir: a primeira se refere ao fato de *dever* poder apresentar valor de futuro, como em (7a), e a segunda, ao fato de *dever*

poder expressar valores modais que têm sua origem não em entidades com as características semânticas [+animado] e [+humano], mas em objetos, que têm os traços [-animado] e [-humano]. Esse fato deve levar a questionar a questão da subjetividade imanente aos fenômenos modais.

(8) QUERER

(8a) As nossas tendências são justamente ao contrário de tudo isso: **queremos** nos vingar, retribuir o mal com o mal, aproveitar para levar vantagem em tudo. (TEMPESTA, 2009)

(8b) A luz brilhou na escuridão porque as trevas **queriam** ser mais fortes. (BATTISTI, 2009)

(8c) A nossa Campanha diocesana [...] **quer** ser uma expressão também de nossa gratidão pela ajuda que nós recebemos [...]. (BERGMANN, 2009)

No exemplo (8a), o verbo modal *querer* apresenta valor volitivo e significado de vontade, correspondendo às suas características prototípicas. O exemplo (8b), por sua vez, é de difícil definição: nesse caso, *querer*, aparentemente, apresenta valor volitivo e constitui uma constatação de um estado de coisas. O valor modal de volição, no entanto, deveria estar associado apenas a entidades com os traços semânticos [+animado] e [+controle], mas nesse caso, o sujeito da oração é uma entidade com os traços [-animado] e [-controle]. Atribui-se às trevas um traço semântico [+volitivo] e [+controle], mas essa atribuição não passa de uma caracterização humana, pois objetos não podem apresentar tais traços. O exemplo (8c) também se revela problemático: apesar de *querer* apresentar valor volitivo, o seu significado aparenta ser de intenção. Além disso, o sujeito da oração apresenta os traços [-controle] e [-animado], característicos de objetos, o que o afasta de seu valor prototípico.

Nota-se que é necessário considerar também o contexto em que os verbos modais se situam, a fim de definir, de maneira mais adequada, o seu significado. Deparamo-nos, desse modo, com uma série de nuances de modalização, o que nos leva a repensar a classificação tradicional. No caso do verbo modal *poder*, a definição tradicional parece, em primeira instância, ser adequada, o que não ocorre com os modais *dever* e *querer* em (7c) e em (8b) e (8c), respectivamente. Esses enunciados se referem a constatações

objetivas e diretas de um fato do mundo ou de um estado de coisas, anulando o seu suposto caráter subjetivo.

2.1. PERSPECTIVAS SOBRE A NOÇÃO DE MODALIDADE

As considerações acerca da modalidade são heterogêneas, não havendo consenso sobre a sua natureza. Há, portanto, uma pluralidade de denominações dos fenômenos modais, sendo a terminologia empregada muito diversa e, por vezes, confusa. Assim, ao consultar diversas obras sobre esse assunto (DE HAAN, 2005, PALMER, 1986, SWEETSER, 1990, NEVES, 2006), tem-se a impressão de que há tantas denominações de modalidades e tantas variações de um mesmo termo quanto autores que se ocupam com esse fenômeno. O quadro que se revela é caótico. Impressiona também a quantidade de termos que correspondem a um mesmo conceito: tomem-se, como exemplo, as denominações *disposicional*, *habilitativo*, *dinâmico* e *facultativo*, todas se referindo à indicação de capacidade. O último termo torna ainda mais implexa a questão, visto que, além de indicar capacidade, refere-se também à vontade e ao desejo, apresentando, portanto, intersecções com os termos *volitivo* e *bulomaico*. Esse “caos” nos estudos sobre modalização se estende também a outras questões relacionadas a esse fenômeno. A respeito dessa pluralidade de considerações acerca da modalidade, Nuyts (1994, p. 99), *apud* Johnen (2003, p. 2), afirma:

O fato de haver um número exagerado de investigações sobre os modais, especialmente em línguas como o inglês e o alemão, não quer dizer que eles estejam bem compreendidos. Na verdade, não seria um exagero afirmar que o quadro que se obtém ao ler a literatura é caótico, e muito pouco se pode verificar em termos de ideias estáveis. (tradução nossa)³

De Haan procura justificar essa multiplicidade terminológica: “Devido à relativa atualidade dos estudos tipológicos sobre modalidade, não há, até o momento, um consenso a respeito da terminologia apropriada para significados modais” (tradução nossa)⁴ (DE HAAN, 2005, p. 4) e, desse modo,

³ “The fact that there is such an overwhelming number of investigations of the modals, especially for languages such as English and German, does not mean that they are well understood. In fact, it is hardly an overstatement to say that the picture one gets by reading through the literature is chaotic, and there is very little in terms of stable insights to be found”.

⁴ “Because of the relative youth of typological studies on modality, there is as yet no consensus on the proper terminology for modal meanings”.

Parte da literatura tipológica sobre modalidade preocupa-se com a terminologia apropriada para a modalidade. Durante as duas últimas décadas, diversos conjuntos terminológicos foram propostos na literatura, geralmente com sutis diferenças de significado. (tradução nossa)⁵ (DE HAAN, 2003, p. 5)

Embora geralmente haja consenso com relação às modalidades deontica e epistêmica, outras modalidades, como a dinâmica, ainda permanecem em discussão. De Haan (2005, p. 6) confirma isso:

Seguindo os lógicos (segundo a partir de von Wright, 1951), a divisão original é entre modalidade epistêmica e deontica. A modalidade epistêmica, como em *João deve ter estado em casa*, refere-se ao grau de certeza que o locutor tem de que aquilo que está dizendo é verdade. A modalidade deontica, como em *João deve ir para a escola*, trata do grau de poder exercido no sujeito da sentença para realizar uma ação. Esse poder pode ser oriundo do locutor, mas também de uma terceira fonte não especificada. Essa divisão é empregada em obras como Lyons (1977), Palmer (1979 [1990], 1986 [2001]), Frawley (1992), De Haan (1997), Van der Auwera e Plungian (1998 [...]), Traugott e Dasher (2002), bem como em vários estudos gramaticais de línguas particulares. Essa divisão geralmente requer uma modalidade separada, frequentemente denominada modalidade *dinâmica*, para codificar habilidade (e, dependendo do autor, geralmente também volição). Um exemplo é a sentença *João pode nadar*, em que o verbo modal denota a habilidade do sujeito para nadar. (tradução nossa)⁶

Devido a esse fato, foram propostas novas nomenclaturas, que, no entanto, não permaneceram livres de objeções, conforme a afirmação de De Haan (2005, pp. 6-7). Outras propostas terminológicas podem ser encontradas nas obras de vários outros autores, como Bybee (1985) e Bybee, Perkins e Pagliuca (1994)⁷.

Pelo fato de essa heterogeneidade terminológica constituir, de certa forma, um empecilho para as questões a serem tratadas nesta pesquisa, optou-se por empregar uma classificação fundamentada, sobretudo, em critérios semânticos. Uma das poucas

⁵ “Part of the typological literature on modality is concerned with the proper terminology of modality. Over the last couple of decades several different sets of terminology have been proposed in the literature, often with subtle differences in meaning”.

⁶ “Following the logicians (following on from von Wright 1951), the original division is between *epistemic* and *deontic* modality. Epistemic modality, as in *John must have been at home*, refers to the degree of certainty the speaker has that what s/he is saying is true. Deontic modality, as in *John must go to school*, deals with the degree of force exerted on the subject of the sentence to perform an action. This force can come from the speaker but also from an unspecified third source. This division is used in such works as Lyons (1977), Palmer (1979 [1990], 1986 [2001]), Frawley (1992), De Haan (1997), Van der Auwera and Plungian (1998 [...]), Traugott and Dasher (2002), as well as in various grammatical studies of single languages. Generally, this division requires a separate modality, often referred to as *dynamic* modality, to encode ability (and, depending on the author, often volition as well). An example is the sentence *John can swim*, in which the modal verb can denotes the subject’s ability to swim”.

⁷ Não nos ateremos aos conjuntos terminológicos tradicionalmente propostos, seguindo a orientação de Johnen (2003), dado que este trabalho se volta ao fenômeno modal, mais especificamente aos verbos modais.

pesquisas sobre os verbos modais do português que apresenta um estudo sistemático dessa natureza é a de Johnen (2003).

2.1.1. AS MODALIDADES VERBAIS

O conceito de modalidade se refere ao tipo de relação expressa entre o locutor e o enunciado por ele produzido. Assim, cada modalidade constitui uma maneira de representar como ocorre e como decorre a ação. A função própria da modalidade é restringir o campo de atuação da atitude do locutor, o que acarreta restrições quanto à utilização de certas modalidades devido às suas características semânticas. Por esse motivo, a restrição de uso em determinados contextos relega os verbos modais do português a funções altamente especializadas, dificultando ou, até mesmo, impedindo o emprego indiscriminado de duas formas verbais que, fora de um contexto, aparentemente apresentam o mesmo significado. Cite-se o caso dos pares de verbos modais *dever/precisar*, *poder/saber*, *querer/pretender*:

(9a) No ano litúrgico estamos vivendo esse momento na história da redenção da humanidade; em nossa vida **devemos** viver da mesma forma, endireitando nosso caminho, como São João nos conclamava no último domingo, para o retorno glorioso daquele que é o único e verdadeiro remédio e salvação. (VIEIRA, 2009)

(9b) Ao se aproximar o Natal e o fim de ano, **precisamos** dedicar tempo ao descanso do corpo, mas não para a alma. (BATTISTI, 2009)

(10a) **Podemos** vencer a possessividade com a auto-estima, a descoberta do nosso lado de luz, dos nossos dons. (BRANDES, 2009)

(10b) Quantas pessoas que carregam pesados fardos, inclusive, a pobreza material e não perdem a alegria e até **sabem** consolar. (BRANDES, 2009)

(11a) Neste Natal **queremos** anunciar sem ambigüidades, a grandeza do homem, revelada por Jesus. (OPPERMANN, 2009)

(11b) Enganam-se, portanto, os que **pretendem** reduzir a Igreja a uma instância meramente subjetiva, sem consistência social, como alguns pensam, em decorrência de sua visão da religião como se ela fosse uma realidade desprovida de racionalidade, sem legitimidade para nuclear pessoas, e sem direito de atuação social. (VALENTINI, 2009)

Apesar de o falante ter à disposição um variado inventário de formas modais, deve escolher apenas uma ou algumas dessas formas para engendrar os seus enunciados.

Existem diversas denominações para as modalidades, e várias delas são variantes de uma mesma designação, conforme vimos na seção anterior. Assim, devido às acentuadas divergências na classificação das modalidades, empregaremos, nesta pesquisa, um esquema simplificado, que se refere apenas ao eixo do poder, do saber e do querer⁸, utilizando somente as denominações deôntico, epistêmico e volitivo, respectivamente. Definamos agora, de forma breve, o valor de cada uma delas:

- a) **Deôntica**: a modalidade deôntica constitui, basicamente, a expressão linguística das relações de poder na sociedade, relacionando-se ao eixo do dever;
- b) **Epistêmica**: a modalidade epistêmica visa a estabelecer uma avaliação sobre o valor de verdade e as condições de verdade de um evento, relacionando-se, portanto, ao eixo do saber;
- c) **Volitiva**: a modalidade volitiva expressa o desejo, a intenção ou o impulso para realizar determinada ação, relacionando-se ao eixo do querer.

2.1.2. A MODALIDADE COMO CATEGORIA FORMAL E FUNCIONAL

A modalidade apresenta diversas formas de representação, e essas formas podem ter diferentes gradações. Assim, devido à quantidade de significados ou valores modais, nem sempre haverá codificações morfossintáticas para representá-los. Por isso, pode não haver correspondência biunívoca entre forma e função, e as relações entre formas linguísticas e significados podem ser difusas e indiretas. A título de exemplo, citem-se os seguintes enunciados com verbos modais:

(12a) João Paulo II lembrava que a razão **deve** ser curada pelo amor. (BOHN, 2009)

(12b) **Devemos** aprender a trabalhar os conflitos, a proteger os fracos, perdoar os culpados, reconstruir amizades e construir um mundo de paz. (BOHN, 2009)

⁸ Para uma discussão mais aprofundada deste assunto, veja-se DE HAAN, 2005: *Typological approaches to modality*.

Temos aí o mesmo verbo modal *dever* que, no entanto, ocupa posições diferentes numa escala de prototipicidade, sem ser representado por diferentes formas linguísticas.

Em outros casos, ocorre o inverso: formas linguísticas diferentes expressam o mesmo significado, e localizam-se no mesmo ponto da escala, constituindo variantes dos respectivos verbos modais. Eis os exemplos:

(13a) Não **devemos** reforçar nossa animalidade, mas a nossa sanidade que leva à santidade. (BRANDES, 2009)

(13b) Não **podemos** esquecer que o Conselho é dom do Espírito Santo. (BATTISTI, 2009)

Note-se que, embora haja formas linguísticas diferentes, no caso, os verbos modais *dever* e *poder*, elas são intercambiáveis, ao menos no contexto expresso nos exemplos.

Com base nos exemplos analisados acima, poderíamos questionar se a modalização é, de fato, uma questão estritamente linguística: o fato de os significados modais serem, por assim dizer, instáveis, dependendo do contexto e também de condições pragmáticas, nos leva, forçosamente, a questionar o papel dos fatores extralinguísticos em enunciados modalizados.

2.1.3. MEIOS DE EXPRESSÃO DA MODALIDADE

Antes de prosseguir, torna-se necessário oferecer um panorama das diversas formas de expressão da modalidade, a qual pode variar consideravelmente de língua para língua. Os dados e os exemplos apresentados na lista abaixo foram extraídos de De Haan (2005, pp. 11-23), com os meios mais comumente empregados:

1. Verbos auxiliares modais: constituem uma classe de auxiliares que se relaciona a verbos de sentido pleno, a eles conferindo valor modal. Vejamos alguns exemplos do inglês:

(14) John **must** go to school.

(15) John **must** be at school.

(16) John **may** go to school.

2. Modos verbais: constituem uma categoria morfológica verbal que expressa o valor modal da sentença, ou seja, são afixos verbais que expressam modo. O modo verbal é “a expressão gramaticalizada da modalidade, sendo, portanto, uma categoria obrigatória nas línguas que a tem” (DE HAAN, 2005, p. 12):

(17) Ut mihi aedis aliquas **conducat** volo.

3. Afixos modais: representam a modalidade por meio de afixos acrescentados a verbos. Diferentemente do modo verbal, o uso dos afixos verbais não é obrigatório. Vejamos agora um exemplo do tâmil e do turco, respectivamente:

(18) avan peeca-**laam**

ele falar-permitido

Ele pode falar.

(19) gel-me-**meli**-siniz

vir-negação-obrigação-2pp

Vocês não precisam vir.

4. Meios lexicais: são formas de modalidade menos gramaticalizadas do que as categorias apresentadas anteriormente. Elas são atualizadas por meio de:

4.1. Advérbios e adjetivos modais: representam a modalidade por meio de advérbios ou adjetivos, e geralmente apresentam valor epistêmico (DE HAAN, 2005, pp. 18-19).

(20) John is **probably** at home.

(21) **Maybe** John is at home.

(22) John is **supposedly** at home.

4.2. Marcadores modais: expressam a convicção do locutor e apresentam modalidade epistêmica. Em português, eles compreendem expressões como *eu penso, eu acho, eu presumo, eu creio, eu acredito, eu imagino*, etc.

(23) Ela vem, **eu acho**, às 9 da manhã.

4.3. Partículas modais: expressam modalidade por meio de palavras isoladas na sentença. Vejamos dois exemplos do alemão:

(24) Kommt er **denn**?

Ele realmente virá? / Ele virá mesmo?

(25) Gib mir **doch** den Löffel!

Dê-me a colher!

5. Caso modal: Nessa forma de expressão, a modalidade é marcada no substantivo por um marcador de caso. Vejamos um exemplo do kayardild:

(26) dangka-a burldi-ju yarbutu-u thabuju-karra-ngun-**u** wungal-ngun-**u**

homem-NOM acertar-POT pássaro-MOD.PROP irmão-GEN-INSTR-
MOD.PROP bumerangue-INSTR-MOD.PROP

O homem vai/pode acertar o pássaro com o bumerangue do irmão.

2.2. VERBOS MODAIS

Tratar-se-á nas páginas seguintes, de forma breve, da questão dos verbos modais na língua portuguesa. Para tanto, apresentar-se-á, primeiramente, uma descrição sucinta das características dessa categoria de verbos para, em seguida, discorrer a respeito da questão da interação dos modais com outras categorias linguísticas, como tempo, modo, aspecto, polaridade negativa e fase acional.

2.2.1. CARACTERÍSTICAS DOS VERBOS MODAIS

Tradicionalmente, os verbos modais são classificados como a categoria dos auxiliares do verbo que exprimem as modalidades lógicas do enunciado: com o auxílio destes, o sujeito considera o evento expresso pelo verbo possível, necessário, uma consequência lógica ou o resultado de uma decisão, conferindo ao enunciado atribuições de ordem objetiva ou subjetiva, como certeza, capacidade, dúvida, hipótese, vontade ou declaração. Os modais do português apresentam, ao menos num primeiro momento, um significado vago e impreciso, que somente pode ser completamente definido e compreendido em um contexto (JOHNEN, 2010, p. 79). Por vezes, fatores extralinguísticos precisam, obrigatoriamente, ser levados em conta para isso.

Os verbos modais comportam-se como verbos auxiliares, não podendo, portanto, formar, sozinhos, o predicado da oração. Assim, os verbos modais podem exercer sua função apenas em combinação com verbos de sentido pleno no infinitivo.

Em português, são tradicionalmente considerados verbos modais *poder, dever, querer, ter que, ter de*. Entretanto, em certos casos, percebe-se que essas características se aplicam a outros verbos, além dos modais prototípicos: *pretender, necessitar, desejar, precisar de, conseguir, saber, convir, urgir, etc*⁹. Citem-se exemplos¹⁰ com alguns desses verbos:

(27) Nada, nem mesmo a criatura mais encantadora, **consegue** saciar o ser carente que somos, como experimentou Santo Agostinho. (RIZZARDO, 2009)

(28) Ao se aproximar o Natal e o fim de ano, **precisamos** dedicar tempo ao descanso do corpo, mas não para a alma. (BATTISTI, 2009)

(29) O Mestre, que era um varão, **sabe** compreender as mais íntimas fibras do nosso coração. (OPPERMANN, 2009)

(30) A oração é uma arte e como arte **necessitamos** aprender a orar [...]. (VELOSO, 2009)

⁹ Para uma lista mais completa de verbos modais, veja-se o artigo de JOHNEN (2010): *A semântica dos verbos modais e suas funções discursivas numa perspectiva de pragmática funcional*.

¹⁰ Alerte-se para o fato de que alguns dos exemplos apresentados neste capítulo serão novamente empregados posteriormente. Como os capítulos 2, 3 e 4 apresentam diferentes perspectivas a respeito do mesmo objeto de estudo, procedeu-se dessa maneira: o segundo capítulo é dedicado exclusivamente à reflexão acerca da terminologia, do significado e da função dos verbos modais; o terceiro capítulo, por sua vez, apresenta uma breve descrição da historiografia dos verbos modais, a justificativa para este trabalho e os parâmetros de análise; no quarto capítulo é apresentada, de fato, a análise quantitativa e qualitativa de enunciados efetivamente produzidos.

(31) Ele **vai** cumprir a vontade do Pai: dar sua vida pela redenção da humanidade. (BOHN, 2009)

(32) Enganam-se, portanto, os que **pretendem** reduzir a Igreja a uma instância meramente subjetiva, sem consistência social, como alguns pensam, em decorrência de sua visão da religião como se ela fosse uma realidade desprovida de racionalidade, sem legitimidade para nuclear pessoas, e sem direito de atuação social. (VALENTINI, 2009)

(33) Tudo isso tem nos deixado apavorados, pois o clima da insegurança é total; **temos que** contar com a própria sorte. (VIEIRA, 2009)

(34) Moços e velhos, crianças e adultos, **temos de** preparar-nos para este encontro de salvação, de alegria e de graça com o Menino que nos foi dado na noite de Belém. (VIEIRA, 2009)

(35) Nada nem ninguém preenche a sede de paz e de sentido da vida, a não ser o espaço que **sou capaz de** abrir para o Senhor da vida e da história, que se fez gente como nós. (BATTISTI, 2009)

(36) **Urge** aprofundar a compreensão das medidas e o alcance do sacerdócio como dom. (AZEVEDO, 2009)

Os verbos modais do português, além de apresentarem grande heterogeneidade semântica, também são diversos quanto às suas características sintáticas. Vejamos uma classificação, baseada na pesquisa de Johnen (2003, p. 252):

a) verbos simples: poder, dever, querer, pretender, desejar, conseguir, necessitar, saber, vir;

b) verbos compostos: ser necessário, ser possível;

c) verbos simples com preposições: visar a, ter de, ter que, chegar a;

d) verbos compostos com preposições: ser capaz de, estar disposto a, estar pronto para.

2.2.2. VERBOS MODAIS E OUTRAS CATEGORIAS

Embora a categoria dos verbos modais apresente geralmente relação com outras categorias também modais, em certos momentos, nota-se que eles podem também se

referir a categorias como tempo, modo, aspecto, evidencialidade, polaridade negativa e fase acional. As subseções seguintes oferecem breves explicações sobre esse fenômeno.

2.2.3. VERBOS MODAIS E TEMPO

A categoria modalidade, por vezes, apresenta relações com outras categorias, como o tempo. De Haan (2005) procura exemplificar isso com o futuro: pelo fato de os eventos do futuro ainda não terem ocorrido, há certo grau de incerteza quanto à sua realização. Desse modo, nota-se certa relação entre o futuro e a modalidade epistêmica. Entretanto, apesar da incerteza dos eventos do futuro, em muitas línguas ele é dividido em real e irreal, visto que nada impede que a realização de um determinado evento seja considerada certa, ao menos psicologicamente. De Haan (2005, pp. 34-35) demonstra que o passado comumente também apresenta relações com a modalidade. Apesar de o passado se referir a eventos que, de fato, aconteceram, o tempo passado é comumente usado para expressar noções modais como hipoteticidade e condicionalidade.

A respeito desse fato, cite-se o verbo modal do português *dever*, que pode expressar futuro com um nuance de incerteza:

(37) Tempo do Advento é, portanto, tempo de espera de alguém que **deve** chegar. (AGNELO, 2009)

De Haan (2005, p. 37) mostra que o verbo equivalente em francês, *devoir*, também apresenta esse significado:

(38) Je **dois** diner avec Joseph la semaine prochaine.
eu devo jantar com Joseph ART semana próxima
(Eu vou/devo jantar com Joseph semana que vem.)

2.2.4. VERBOS MODAIS E POLARIDADE NEGATIVA

Ao empregar a polaridade negativa, faz-se referência a eventos e estados não existentes e, conseqüentemente, de eventos e estados irrealis. Desse modo, a polaridade negativa é classificada por alguns autores como pertencente ao âmbito da modalidade, constituindo uma instância da categoria *irrealis*. É o que afirma De Haan (2005, p. 39):

A negação foi isoladamente considerada por alguns estudiosos como parte da modalidade. A razão para isso se deve ao fato de que, ao falar a respeito de eventos ou estados não existentes, estamos falando de eventos ou estados que não são reais. Por esse motivo, a negação pode ser considerada um exemplo de uma categoria *irrealis* [...]. (tradução nossa)¹¹

Podemos verificar essa interação também no português. O verbo modal *poder* apresenta significado de necessidade ou obrigatoriedade quando negado:

(39) Não **podemos** perder essa bússola, que aponta para o norte dos ideais, dos projetos de cidadania, da conquista do bem coletivo, da inclusão social. (PAGOTTO, 2009)

(40) Não **podemos** nos esquecer de que a violência é também enfocada pelas notícias que vêm do exterior, de países tidos como socialmente justos e com população controlada e orientada. (TEMPESTA, 2009)

2.2.5. VERBOS MODAIS E ASPECTO

A categoria verbo modal pode apresentar também relação com o aspecto verbal e lexical, participando da expressão de ação perfeita ou imperfeita. No caso da língua portuguesa, a única obra que trata explicitamente dessa questão, ainda que de forma sucinta, é a de Travaglia (1994).

Assim, para alguns autores há confusão entre verbos modais e aspecto. Travaglia (1994, p. 300), por exemplo, ao tratar da afinidade entre essas duas categorias, afirma que “as modalidades que mais restringem a atualização do aspecto são, portanto, aquelas que pressupõem uma realização futura para a situação a que se aplicam”. Nota-se que, nesse caso, não é feita uma distinção clara entre os conceitos *verbo modal* e *aspecto*, e nem há uma definição de suas respectivas funções. Embora essa questão seja de grande importância e tenha sido, até o momento, pouco explorada, não é o objetivo deste trabalho tratar das incongruências teóricas nela presentes.

A literatura sobre a relação entre verbos modais e aspecto é relativamente escassa. Em língua portuguesa, temos fundamentalmente a obra de Travaglia (1994). É

¹¹ “By itself, negation has been considered by some scholars to be part of modality. The reason for this is that by talking about nonexistent events or states, we are talking about events or states that are not real. Hence, negation can be considered an instance of an irrealis category [...]”.

possível também encontrar referência esparsa a esse assunto em Castilho (2010), bem como em textos sobre os modais de outras línguas, como é o caso do artigo de Merzljakova (2007) sobre verbos modais no alemão.

2.2.6. VERBOS MODAIS E EVIDENCIALIDADE

Certamente, a relação entre modalidade e evidencialidade é um dos fatos mais contestados e controversos da linguística moderna. Para De Haan (2005, p. 47), “a categoria da evidencialidade se refere à fonte da evidência que um falante tem com relação a uma declaração sua. Morfemas ou formas lexicais indicam se um falante teve um testemunho direto da ação que está descrevendo ou se recebeu a informação sobre a ação ou evento de outra fonte”¹².

De Haan (2005, p. 49) também justifica o tratamento da evidencialidade como integrante da modalidade:

A razão para tratar a evidencialidade como uma categoria modal é a convicção de que se tem, naturalmente, menos certeza a respeito de ações que não se testemunhou do que a respeito daquelas que se testemunhou. Essa convicção está fundamentada no fato de que quando se vê algo com os próprios olhos, tende-se a aceitar essa visão como uma representação do mundo, ao passo que um relato secundário é visto com mais suspeita. Por esse motivo, a evidencialidade indireta apresenta a ação como menos certa do que a evidencialidade direta. (tradução nossa)¹³

Apesar da importância desse estudo, não entraremos em detalhes a esse respeito. Em português, expressões como *Ela deve estar em casa* indicam, de certo modo, um significado evidencial.

¹² “The category of evidentiality deals with the source of evidence a speaker has for his or her statement. Evidential morphemes mark whether a speaker has been a direct witness to the action he/she is describing or whether s/he has received the information about the action or event from another source”.

¹³ “The reasoning for treating evidentiality as a modal category is the belief that one is inherently less certain about actions one has not witnessed than about those one has witnessed. This belief is anchored in the fact that when one sees something with one’s own eyes, one tends to accept that sight as a true representation of the world while a secondhand report is viewed with more suspicion. Hence, indirect evidentiality presents the action as less certain than does direct evidentiality”.

2.2.7. VERBOS MODAIS E FASES ACIONAIS

Os verbos modais apresentam relação com as fases acionais, definindo o estágio de execução do evento descrito no enunciado. Um dos poucos trabalhos que trata exaustivamente dessa questão é o de Johnen (2003).

A respeito dessa questão, Johnen (2010, pp. 77-78), em seu artigo *A semântica dos verbos modais e suas funções discursivas numa perspectiva de pragmática funcional*, afirma que:

Saber falar sobre seus objetivos acionais, qualificar, ponderar e avaliar as alternativas acionais em vista de um objetivo acional, marcar inferências ou indicar a fonte da informação faz parte do núcleo das competências comunicativas. A língua portuguesa possui como muitas outras línguas verbos especializados para estas funções: os verbos modais [...]. Estes podem ser divididos em três sub-grupos: os verbos modais de orientação acional, os verbos modais epistêmicos e os verbos modais avaliativos.

Assim, os verbos apresentam uma relação intrínseca com as fases acionais. Por esse motivo, ainda segundo Johnen (p. 78), uma classificação apropriada dos verbos modais deve inseri-los “no âmbito de uma teoria de ação”, na qual seja possível “captar nuances de verbos quase sinônimos e de dar conta do seu potencial pragmático”. Para ele (p. 79),

a descrição semântica dos verbos modais tem-se mostrado um campo bastante complexo, pois o que caracteriza os verbos modais é uma extrema variabilidade semântica, de maneira que se pode dizer que só recebem uma significação concreta no nível dos enunciados [...]

Dessa maneira, nota-se que é necessário considerar também o contexto em que os verbos modais se situam, a fim de definir com exatidão o seu significado.

No que diz respeito à sua função, os verbos modais são classificados por Johnen (p. 81) em três grupos:

1. Verbos que designam objetivos acionais (querer, desejar, pretender, ir);
2. Verbos que caracterizam alternativas acionais elegíveis (poder, saber, ser capaz de);
3. Verbos utilizados para ponderar alternativas acionais (dever, ter de, ter que, precisar, convir, urgir), fazer uma avaliação delas (valer, importar) ou marcar inferências ou especificar a categoria da fonte da informação (sentir vontade de).

CAPÍTULO 3: HISTORIOGRAFIA E PARÂMETROS DE ANÁLISE DOS VERBOS MODAIS DO PORTUGUÊS

Este capítulo, dividido em duas seções, objetiva, primeiramente, apresentar um breve panorama da historiografia dos verbos modais em língua portuguesa para, em seguida, explicitar os pressupostos teóricos que fundamentam a presente pesquisa. A primeira seção, em que é feita a introdução à historiografia dos verbos modais em língua portuguesa, é fundamentada, sobretudo, nos trabalhos de Johnen (2003, 2010). Objetiva-se, com isso, situar o leitor, a fim de que possa compreender os desdobramentos futuros de certas formas de proceder na gramaticografia do português e a sua relevância para o atual estado da língua. A segunda seção expõe, em linhas gerais, os parâmetros empregados para a presente análise, bem como a justificativa para a sua definição, dando respaldo à hipótese de que os verbos modais expressam a subjetivação em diferentes medidas, estabelecendo gradações de modalização.

3.1. BREVE INTRODUÇÃO À HISTORIOGRAFIA DOS VERBOS MODAIS DO PORTUGUÊS

Em língua portuguesa, são considerados verbos modais prototípicos apenas *poder* e *dever* (JOHNEN, 2003, p. 12). Entretanto, alguns autores (CÂMARA, 1974, 1985; COSTA, 1976) que se baseiam em um critério de gramaticalização para classificar os modais, excluem justamente esses dois verbos. Em outros casos, ambos os verbos são considerados, mas *ter de*, *ter que*, *haver de* e *haver que* são omitidos (JOHNEN, 2003, p. 13). Ainda outros autores (MATEUS *et alii*, 1989) consideram apenas os verbos que expressam possibilidade e necessidade, omitindo verbos de volição, como *querer* e *desejar*.

Nota-se, portanto, que os critérios para a classificação dos verbos modais são muito variados, o que explica a sua heterogeneidade em português. Esse fato, por vezes completamente escamoteado pelas gramáticas tradicionais e fracamente abordado em estudos mais recentes, apenas corrobora a constatação de que os verbos modais se situam em um segundo plano nos estudos gramaticais do português: isso se torna mais perceptível ao analisar gramáticas tradicionais e notar que poucas delas dedicam um capítulo ou, ao menos uma seção, especificamente para essa categoria. Os escassos

estudos a respeito desse assunto costumam recorrer à tradição gramatical, fundamentar-se no princípio da gramaticalização ou basear-se em conceitos lógicos.

Devido a essa inconstância teórica, desenvolveram-se, nos estudos do português, várias formas de consideração, cada qual apresentando uma visão bastante peculiar e restringindo-se a determinada característica dos verbos modais. Com base em Johnen (2003, pp. 13-14), podemos elencar os seguintes enfoques teóricos:

- 1) Inventário dos verbos modais: **a)** classe fechada, **b)** classe aberta;
- 2) Características morfológicas: perspectiva diacrônica, com a consideração das formas de pretérito-presente;
- 3) Características sintáticas: **a)** ligação com um infinitivo, **b)** identidade do sujeito com o verbo no infinitivo;
- 4) Estatuto de classe de palavra: verbos auxiliares (modais);
- 5) Critérios semânticos: **a)** em alguns casos, é o único critério de classificação, **b)** os verbos modais podem ser considerados formas de expressão de grandezas semânticas, **c)** os verbos modais podem definir o tipo de ação, exteriorizada pela língua, **d)** podem indicar o posicionamento do falante, **e)** podem caracterizar a não-realidade da elocução;
- 6) Critérios pragmáticos: não há trabalhos que explicitem a relevância pragmática dos verbos modais.

É possível perceber que a maior parte dos critérios empregados para a classificação dos modais do português se refere exclusivamente a critérios morfossintáticos e, apesar da variedade de considerações a respeito dessa categoria, cada enfoque teórico se atém a poucos verbos. A respeito dessa questão, Johnen (2006, pp. 316-317) afirma:

Graças ao conceito de verbo modal infiltrado de modo difuso na gramaticografia do português, há mais de 230 verbos portugueses, dos quais pelo menos um autor defende a opinião, de que se trata de um verbo modal [...]. No entanto, nenhum desses verbos é incontestável. Nota-se que, até hoje, o conceito de verbo modal é obscuro na gramaticografia do português. Assim, essa lista é extremamente heterogênea e compreende também verbos que estão relacionados a outros domínios gramaticais, como tempo, aspecto e diátese ou a outros grupos verbais [...] Os trabalhos para a delimitação dos verbos modais do português de outros verbos [...] estão sujeitos à aporia de

que uma delimitação sintática de um grupo de verbos identificados semanticamente não leva a resultados consistentes. (tradução nossa)¹⁴

Conscientes dessa diversidade, chegamos, forçosamente, ao questionamento a respeito do que seria um verbo modal em língua portuguesa, quais os seus valores semânticos, as características que o definem, bem como as suas condições de uso.

3.1.1. INFLUÊNCIA DA GRAMATICOGRAFIA DE OUTRAS LÍNGUAS NA DEFINIÇÃO DA CATEGORIA VERBO MODAL EM PORTUGUÊS

Ao verificarmos o inventário dos verbos modais em português, notamos que, apesar de sua suposta diversidade, poucos verbos são considerados: das listas de modais geralmente constam *poder*, *dever* e *querer*. Outros verbos são considerados formas secundárias, sobretudo por não se encaixarem em determinados critérios morfossintáticos. Poderíamos nos questionar a respeito da origem dessa forma de consideração e dos critérios empregados para essa classificação. A respeito desse assunto, Johnen (2006, pp. 315-316) afirma que a classificação dos verbos modais do português foi baseada em modelos gramaticais do alemão e do inglês:

Tanto a ausência da categoria verbo modal na tradição gramatical greco-latina quanto a sua heterogeneidade morfológica no português são, provavelmente, cruciais para que a gramaticografia luso-brasileira tenha tomado consciência dos verbos modais como categoria linguística bastante tardiamente, a saber, no início do século XX, e, com efeito, “sob inspiração de gramáticas estrangeiras” (BECHARA, 1962, p. 42), a princípio, apenas no Brasil através da publicação de Ali (1908). Ali transferiu essa categoria para o português, depois de ter tratado anteriormente os verbos modais como categoria no alemão em sua *Nova Gramática Allemã* (ALI, 1894), publicada em 1894. Como critério para escolher qual verbo português deveria ser considerado verbo modal e qual não, Ali ([1908] 1950, p. 97) parece ter levado em conta não apenas o alemão, mas também o inglês, e ter escolhido os equivalentes de tradução dos verbos modais ingleses ou alemães mais

¹⁴ “Dank des qua *voie diffuse* in die Grammatikographie des Portugiesischen eingesickerten Modalverbbegriffs gibt es mehr als 230 portugiesche Verben, von denen zumindest ein Autor die Meinung vertritt, es handle sich um ein MV [...]. Keines dieser Verben ist jedoch unumstritten. Es zeigt sich, dass der Modalverbbegriff bis heute in der Grammatikographie des Portugiesischen unklar ist. So ist diese Liste äußerst heterogen und umfasst auch Verben, die anderen grammatischen Domänen, wie Tempus, Aspekt und Diathese bzw. anderen Verbgruppen wie *verba dicendi*, kausative und performative Verben zuzuordnen sind [...]. Arbeiten zur Abgrenzung der MV des Portugiesischen von anderen Verben [...] unterliegen der Aporie, dass eine syntaktische Abgrenzung einer semantisch identifizierte Gruppe von Verben zu keinen konsistenten Ergebnissen führt”.

próximos do português, sem ter justificado teoricamente tal escolha e sem ter sequer definido o conceito de *verbo modal*. (tradução nossa)¹⁵

Apesar de a escolha dos correspondentes de tradução em português ter sido fundamentada em critérios semânticos, não se pode dizer o mesmo dos verbos modais das línguas germânicas, visto que, especialmente no alemão, critérios morfológicos foram empregados para determinar os verbos integrantes dessa categoria. Assim, no plano morfológico, os verbos modais do alemão (e alguns do inglês) se comportam como *Präteritopräsentia*, isto é, algumas de suas formas do presente são, na verdade, formas do pretérito simples que perderam o valor de passado, e são usadas atualmente para expressar o presente; as formas irregulares do que fora outrora o pretérito simples foram substituídas por formas regulares. Como em português não há fenômeno semelhante no que se refere aos verbos modais e, dada a sua heterogeneidade morfológica, a relação feita por Ali em sua *Nova Grammatica Allemã* (1894) parece bastante superficial. Ao compararmos o inventário de verbos modais em alemão, inglês e português, esse fato se torna evidente:

| Quadro 1: Comparação de verbos modais | | | |
|--|---------------|---------------|------------------|
| Valor | Alemão | Inglês | Português |
| <i>capacidade</i> | können | can | poder |
| <i>permissão</i> | dürfen | may | |
| <i>obrigação</i> | müssen | have to | dever |
| <i>conselho</i> | sollen | should | |
| <i>vontade</i> | wollen | will | querer |
| <i>desejo</i> | mögen | want to | |

Relativamente a esse fato, Johnen (2006, p. 291) afirma que “a categoria verbo modal, em contraste com categorias como tempo e modo, não poderia ter sido

¹⁵ “Sowohl das Fehlen der Kategorie MV in der griechisch-lateinischen Grammatiktradition als auch deren morphologische Heterogenität im Portugiesischen sind wohl entscheidend dafür, dass die luso-brasilianische Grammatikographie erst relativ spät, nämlich zu Beginn des 20. Jahrhunderts, auf die MV als linguistische Kategorie aufmerksam geworden ist, und zwar “sob inspiração de gramáticas estrangeiras” (Bechara, 1962: 42), und auch zunächst nur in Brasilien durch die Publikation von Ali (1908). Ali übertrug diese Kategorie auf das Portugiesische, nachdem er zuvor in seiner 1894 erschienen *Nova Grammatica Allemã* (Ali, 1894) die MV als Kategorie im Deutschen behandelt hatte. Als Kriterium dafür, welches portugiesische Verb als MV zu betrachten ist und welches nicht, scheint Ali ([1908] 1950: 97) nicht nur das Deutsche, sondern auch das Englische im Blick gehabt und die naheliegendsten portugiesischen Übersetzungsäquivalente der englischen bzw. deutschen MV gewählt zu haben, ohne diese Auswahl jedoch theoretisch zu begründen oder den Begriff *MV* auch nur zu definieren”.

fundamentada na gramaticografia greco-latina antiga e medieval” (tradução nossa)¹⁶, daí a necessidade de “emprestá”-la de outras línguas. Ainda a respeito disso, Johnen (p. 314) afirma:

A formação da categoria verbo modal na gramaticografia do alemão também teve repercussão na formação da categoria na gramaticografia do português. Assim, o primeiro tratamento explícito dos verbos modais portugueses não se encontra por acaso na obra de um romanista alemão, a saber, em Diez (1882, pp. 924-928). O fundador da romanística já pressupõe o conceito de *verbo auxiliar modal*, e está interessado apenas em questões sintáticas, como a construção infinitiva com ou sem preposição, ou com ou sem infinitivo flexionado. Meyer-Lübke (1899, pp. 336-347), do mesmo modo, se mostra interessado em características sintáticas, e também ele já pressupõe o conceito de *verbo modal* [...]. (tradução nossa)¹⁷

Pelo fato de a classificação dos verbos modais alemães e ingleses ser baseada, primordialmente, em critérios morfossintáticos¹⁸, nota-se claramente que tal forma de consideração não poderia ser aplicada ao português. Assim, pressupõe-se que critérios semânticos são de suma importância para definir o significado e a função de um verbo modal, estendendo-se essa pressuposição também à modalização, conforme afirmam Simone e Amacker (1977, pp. 25-26):

Antecipando as conclusões desta pesquisa, diremos, de fato, que, com o objetivo de uma delimitação efetiva da classe dos verbos modais e, mais geralmente, com a finalidade de uma formulação global da noção de modalidade nas línguas naturais, o critério sintático assomará como totalmente dispensável, sendo a modalidade um fenômeno de exclusivo relevo semântico. (tradução nossa)¹⁹

Lobato (1970, p. 243) chega a uma conclusão semelhante e afirma

¹⁶ “die Kategorie MV ist im Gegensatz zu Kategorien wie Tempus und Modus keine, die sich auf die antike und mittelalterliche griechisch-lateinische Grammatikographie berufen könnte”.

¹⁷ “Die Herausbildung der Kategorie MV in der Grammatikographie des Deutschen hatte auch Auswirkungen auf die Herausbildung der Kategorie in der Grammatikographie des Portugiesischen. So findet sich die erste explizite Behandlung der portugiesischen MV wohl nicht zufällig bei einem deutschen Romanisten, nämlich bei Diez (1882: 924-928). Der Begründer der Romanistik setzt den Begriff des *modalen Hilfsverbs* bereits voraus und ist nur an syntaktischen Fragen wie der Konstruktion mit dem Infinitiv mit oder ohne Präposition bzw. mit oder ohne flektiertem Infinitiv interessiert. Meyer-Lübke (1899: 336-347) zeigt sich ebenfalls syntaktisch interessiert, und auch er setzt den Begriff *Modalverb* bereits voraus [...]”.

¹⁸ As atuais pesquisas na área de anglística e, sobretudo, de germanística também procuram tratar os verbos modais a partir de uma perspectiva semântico-pragmática. A respeito disso, veja-se o artigo de JOHNEN (2006) e MERZLJAKOVA (2007).

¹⁹ “Antecipando le conclusioni di questa ricerca, diremo anzi che ai fini di una delimitazione effettiva della classe dei verbi modali, e, più in generale, ai fini di una formulazione globale della nozione di modalità nelle lingue naturali, il criterio sintattico apparirà del tutto inessenziale, essendo la modalità un fenomeno di esclusivo rilievo semantico”.

que uma classificação semântica deve se fundamentar essencialmente em critérios semânticos, porque se é verdade que as diferenças sintáticas correspondem às diferenças semânticas, não é sempre verdade que classes semânticas homogêneas podem ser determinadas exclusivamente com base em distinções sintáticas. (tradução nossa)²⁰

Fundamentado em uma teoria da ação, Johnen (2003, 2010) objetiva demonstrar a relevância da consideração de critérios semânticos e pragmáticos numa classificação dos modais do português. Outra diferença marcante no estudo de Johnen é o fato de considerar não somente verbos propriamente ditos, mas também desinências verbais e verbos auxiliares que, segundo a tradição, expressam apenas tempo, e não modo. Empregaremos tal forma de consideração nesta pesquisa pelo fato de a considerarmos a mais adequada para o tratamento dos verbos modais do português.

3.2. PARÂMETROS DE ANÁLISE E SUAS JUSTIFICATIVAS

Os verbos modais são geralmente considerados “uma expressão da atitude do falante com relação ao que é dito” (NEVES, 2006, p. 65). Essa concepção de modalização como expressão do falante geralmente está relacionada à noção de subjetividade, sendo comum encontrar os dois conceitos formando um par indissociável em escritos a seu respeito. Tal forma de considerar parece ser, num primeiro momento, válida e adequada, dado que um enunciado efetivamente produzido por um falante pode apresentar, de fato, um matiz subjetivo. No entanto, essa noção parece comportar algumas incoerências: há, por exemplo, contradições na definição da modalização deôntica, visto que, ao afirmar que ela pode ser oriunda de uma instituição, de uma circunstância ou de uma compulsão da mente ou do espírito, ou seja, de um estado de coisas, se nega a sua relação direta a um locutor. Embora esse estado de coisas possa, logicamente, se relacionar diretamente às ações do ser humano, ele nem sempre apresenta marcas de subjetividade. A incoerência dessa definição não pode ser comprovada sem critérios de análise adequados, pois não é possível avaliar o comprometimento do falante com aquilo que ele diz, bem como o nível de subjetividade relacionado a um enunciado. Desse modo, na presente pesquisa apresentamos alguns critérios fundamentados em traços imanentes aos verbos modais, a fim de definir o seu

²⁰ “qu’un classement sémantique doit se fonder essentiellement sur des critères sémantiques, car s’il est vrai qu’à des différences syntaxiques correspondent des différences sémantiques, il n’est pas toujours vrai que les classes sémantiques homogènes peuvent être déterminées sur la seule base des distinctions syntaxiques”.

nível de subjetivação. Tais critérios representam nada mais do que a soma de vários critérios empregados em outras pesquisas, mas de modo mais amplo.

O Funcionalismo, ao trabalhar com o conceito de gradação, mostra que nem sempre podemos estabelecer classificações baseadas em categorias estanques. Levando em conta esse pressuposto, notamos, portanto, que há modalizações mais objetivas, em que há pouco, ou até mesmo, nenhum envolvimento do locutor, e modalizações mais subjetivas, em que o locutor atrela a sua forma de considerar ao enunciado. Todos os significados dos verbos modais transmitem certa avaliação ou relação do locutor com o seu discurso, mas tal variedade de significados não é prevista nos estudos tradicionais. Por isso, parte-se do pressuposto de que os verbos modais podem ser classificados segundo uma gradação, com base na noção de prototipicidade, defendida por Wittgenstein (2001) em sua obra *Philosophische Untersuchungen*. De modo a demonstrar o que se argumentou acima, vejamos alguns exemplos:

(41a) Tempo do Advento é, portanto, tempo de espera de alguém que **deve** chegar. (AGNELO, 2009)

(41b) A terra é dom de Deus e casa de todos e, como tal, **deve** ser preservada (BATTISTI, 2009)

(41c) Como se procurassem um despertador que lhes dissesse a que hora **devem** levantar-se. (AGNELO, 2009)

Em (41a) e (41b), o significado de *dever* codifica considerações subjetivas. Entretanto, no exemplo (41c), a fonte deôntica do verbo *dever* é um objeto, que apresenta, portanto, o traço semântico [–animado]. Apesar disso, ele supostamente modaliza o enunciado, a ele conferindo uma nuance de subjetividade. Ora, como podemos ter subjetividade oriunda de um objeto? O exemplo (41c) representa antes uma mera constatação factual de um estado de coisas do que uma avaliação subjetiva por parte do locutor, visto que o evento expresso no enunciado do exemplo ocorre independentemente de sua opinião ou de seu modo de considerar. Assim, estabelecemos esses questionamentos a respeito dos variados graus de envolvimento do locutor na modalidade dos enunciados como hipótese a ser verificada pela presente pesquisa.

Torna-se necessário fazer uma ressalva a respeito do emprego dos termos que se referem à expressão da atitude do falante com relação a um enunciado: doravante, evitaremos empregar o termo *subjetividade* em referência à modalização, dado o seu

caráter quase paradoxal: ao mesmo tempo em que recobre uma vasta gama de sentidos específicos na literatura e na linguística, estando presente, por exemplo, nas teorias funcionalistas e discursivas, é empregado amiúde frequentemente também na linguagem cotidiana, por vezes carregado, inclusive, de um sentido pejorativo. Optamos, destarte, por utilizar o termo *subjetivação* para fazer referência unicamente ao fenômeno de uma função modal se relacionar mais ou menos fortemente à avaliação dos fatos do mundo pelo locutor/interlocutor. Além disso, nem sempre o verbo modal confere sozinho uma noção de subjetividade ao enunciado. O termo *subjetivação* se refere, portanto, também de modo específico e restrito à alteração das propriedades pragmáticas de um enunciado por um verbo modal.

Os verbos modais, apesar de compartilharem determinados traços semânticos e sintáticos, ao serem empregados em contextos e cotextos diversos, produzem nuances de sentido que, não raro, passam despercebidas. Tendo como foco a perspectiva do falante e a intencionalidade de seus atos de fala, é possível apresentar uma categorização que extrapola a classificação tradicional dessa categoria, o que permite situá-los em uma escala de prototipicidade, que corresponde, portanto, ao grau de subjetivação de um enunciado. Dessa maneira, a fim de efetuar essa classificação, fundamentar-nos-emos na perspectiva funcionalista, que prevê que a língua não deve ser considerada uma estrutura rígida, objetiva, direta, não condicionada por fatores externos. Pelo contrário, a forma como o falante percebe e depreende os fatos contribui para a modificação dos enunciados de uma forma gradual e amena.

A proposta de considerar um fenômeno linguístico uma propriedade escalar, efetuando uma classificação baseada em seus traços, não é nova. A presente classificação fundamenta-se nas propostas de definição da transitividade por Givón (1984) e na teoria sobre a estrutura argumental e sobre traços semânticos apresentada por Ignácio (2002). Vejamos um quadro que apresenta os critérios de classificação dos verbos modais:

| Quadro 2: Proposta de parâmetros de classificação dos verbos modais | | |
|---|---------------|---|
| 1. Controle da modalização | [+controle] | Eu quero voltar logo para casa. |
| | [-controle] | Crianças devem beber muito leite. |
| 2. Intensidade da modalização | [+intenso] | Eu vou comprar um carro. |
| | [-intenso] | André deseja escrever um livro. |
| 3. Valor da modalização | [+concreto] | Eu posso correr muito rápido. |
| | [-concreto] | A visita pode chegar repentinamente. |
| 4. Escopo da modalização | [+direto] | João deve comprar um livro. |
| | [-direto] | João deve ter comprado um livro ontem. |
| 5. Animacidade do sujeito | [+animado] | Maria pretende comprar um carro. |
| | [-animado] | O computador não quer ligar. |
| 6. Polaridade | [+afirmativo] | Ele pretende fazer a prova. |
| | [-afirmativo] | Nós não queremos morar aqui. |
| 7. Fase acional | [+concluso] | Eu vou comprar esse casaco. |
| | [-concluso] | Eles desejam viajar. |

Esta proposta de classificação dos verbos modais segundo os seus traços funcionais leva em conta parâmetros bastante heterogêneos, situados em níveis distintos da linguagem. Assim, foram considerados parâmetros sintáticos, morfológicos, semânticos e pragmáticos. Essa forma de proceder se deve ao fato de que tais níveis, embora apresentem diferença formal e funcional, atuam concomitantemente no sistema linguístico, a ele conferindo certa instabilidade (CASTILHO, 2010). Apesar de, num primeiro momento, a consideração de traços de natureza diversa poder parecer problemática, temos de nos lembrar que é justamente a interação entre esses diversos traços que define a modalização, a ela conferindo o estatuto de categoria especial na língua. A ausência ou presença dos traços acima elencados em determinados verbos modais apenas confirma a sua heterogeneidade, tanto formal quanto funcional: por vezes, um modal apresenta um traço que é simultaneamente sintático e semântico; em outros casos, porém, pode se tratar de um critério semântico e pragmático, etc. Por outro lado, questões referentes a tempo, modo, aspecto, caráter finito ou infinito e forma simples ou composta foram omitidas. Procedeu-se desse modo pelo fato de essas categorias sempre apresentarem representação formal, com a exceção do aspecto, e também por se relacionarem a outros tipos de verbos: o tempo e o modo verbal, por exemplo, está onipresente na flexão verbal, e do mesmo modo ocorre com o caráter finito ou infinito, que marca formalmente o tipo de relação dos verbos e o seu estatuto. De forma semelhante ocorre com os verbos representados por formas simples e compostas. Até mesmo o aspecto verbal apresenta representação formal em alguns casos, como no pretérito perfeito e imperfeito, e de modo semelhante ocorre com o aspecto lexical, que pode ser marcado no radical dos verbos.

No que diz respeito ao nível de complexidade dos parâmetros apresentados, eles serão empregados de forma simplificada nesta pesquisa, pelo fato de representarem o conjunto de concepções de diversos pesquisadores. Consideramos o traço que é por eles definido como o centro da categoria como o traço prototípico: por exemplo, o traço [+concreto], que representa as modalidades deôntica e volitiva, apresenta-se como o valor primitivo da modalização, sendo o traço [-concreto], que representa a modalidade epistêmica, derivado do traço [+concreto]. Na maior parte dos casos, o traço prototípico, além de constituir o centro da categoria, apresentou um alto índice de ocorrência.

No decorrer desta pesquisa, por meio da análise de ocorrências de verbos modais em enunciados efetivamente produzidos, tornou-se possível notar que há, aparentemente, 7 parâmetros básicos a serem considerados para a classificação dessa categoria de verbos. Esses parâmetros, que regem o estabelecimento das modalidades verbais, se referem menos à forma linguística e mais à função linguística que desempenham. A consideração da forma não foi omitida, mas ocupa um papel secundário nesta pesquisa.

Por meio da análise das características de cada verbo modal, estabeleceu-se o seu grau de subjetivação, o que corresponde, aproximadamente, à sua prototipicidade. Com relação aos diferentes parâmetros considerados, as diversas subdivisões e agrupamentos a que elas podem estar sujeitas foram deliberadamente omitidas, a fim de não estender demasiadamente esta pesquisa.

Ao efetuar a análise de ocorrências no *corpus*, cada critério elencado no Quadro 2, se positivo, conferirá ao verbo modal um ponto: caso a pontuação resultante atinja o valor 7, teremos um modal prototípico; por outro lado, se ele apresentar o valor 0, tratar-se-á de um modal fracamente gramaticalizado. Por conseguinte, o grau de subjetivação da modalização é sempre proporcional à sua prototipicidade. Por meio dessa forma relativamente inovadora de classificação dos verbos modais intenta-se demonstrar como a modalidade, geralmente entendida a partir de noções de oposição, constitui uma propriedade escalar e com limites difusos.

Temos consciência de que a análise dos verbos modais a partir de critérios de natureza diversa e sua classificação em uma escala não permanecerá isenta de questionamentos e críticas: o primeiro problema a ser mencionado se refere ao fato de que, embora haja diferentes gradações de modalidade, nem sempre haverá diferentes codificações morfosintáticas para elas, ou seja, não há representações diferentes para os diversos verbos modais. Assim, as suas funções, às vezes, não correspondem a uma

única forma e, assim, um mesmo verbo modal pode apresentar dois ou mais significados. Isso pode ser exemplificado com os seguintes enunciados:

(42a) João Paulo II lembrava que a razão **deve** ser curada pelo amor. (BOHN, 2009)

(42b) **Devemos** aprender a trabalhar os conflitos, a proteger os fracos, perdoar os culpados, reconstruir amizades e construir um mundo de paz. (BOHN, 2009)

O fato de um verbo modal apresentar essa relação difusa entre forma e função não será levado em conta nesta pesquisa, visto que pretendemos delimitar os verbos modais segundo critérios *funcionais*, e não *formais*.

Inversamente, também é possível que formas linguísticas diferentes apresentem um significado idêntico:

(43a) Não **devemos** reforçar nossa animalidade, mas a nossa sanidade que leva à santidade. (BRANDES, 2009)

(43b) Não **podemos** esquecer que o Conselho é dom do Espírito Santo. (BATTISTI, 2009)

Apesar de haver formas linguísticas distintas, elas podem ser substituídas umas pelas outras nos exemplos dados, sem prejuízo ao seu significado. A semelhança funcional que há entre esses dois verbos modais, no contexto acima, seria facilmente identificada ao se empregar o critérios elencados para a análise. Desse modo, o resultado da análise dos traços seria:

(43a) $1^-, 2^+, 3^+, 4^+, 5^+, 6^-, 7^+ = a^5$

(43b) $1^-, 2^+, 3^+, 4^+, 5^+, 6^-, 7^+ = b^5$

É possível notar que não somente o resultado de soma dos traços seria igual, revelando um verbo modal bastante prototípico, mas também os traços particulares apresentam correspondência.

O segundo problema se relaciona parcialmente com o primeiro e se refere à não especialização da maioria dos verbos modais da língua portuguesa: a despeito da riqueza de formas modais, estas não apresentam um sentido único e específico, ou seja,

o seu significado é heterogêneo e pode ser bem definido apenas em contextos de uso. Assim ocorre com o verbo poder:

(44a) O amor próprio ferido impede o nosso crescimento, que **deve** passar por um bom burilamento interior, sobretudo quando formos atraídos pelas nossas próprias paixões, ainda que secretas. (PAGOTTO, 2009)

(44b) Tempo do Advento é, portanto, tempo de espera de alguém que **deve** chegar. (AGNELO, 2009)

(44c) A violência com que o avião se precipitou no mar, provocou a súbita despressurização, que tira a consciência até de quem está acordado. Assim, do sonho de voar, e do sono do vôo, **devem** ter passado para a dura realidade de sucumbir à força da gravidade. E terão acordado num destino onde certamente não imaginavam chegar. (VALENTINI, 2009)

No casos dos enunciados acima, a sua análise revela o seguinte:

(44a) $1^-, 2^+, 3^+, 4^+, 5^-, 6^+, 7^- = a^4$

(44b) $1^-, 2^+, 3^+, 4^+, 5^+, 6^+, 7^- = b^5$

(44c) $1^-, 2^+, 3^-, 4^-, 5^+, 6^+, 7^+ = c^4$

Em línguas como o alemão (SCHULZ e GRIESBACH, 1970; EISENBERG, 1998), os verbos modais apresentam funções e formas mais bem delimitadas, o que possibilita um uso mais eficiente para a expressão da perspectiva do falante com relação aos fatos descritos, incluindo-se aí, inclusive, significados evidenciais (DE HAAN, 2005).

Os critérios de análise fundamentados em traços permitem, portanto, uma definição mais coerente dos verbos modais por levarem em conta critérios funcionais em vez de critérios formais. Tendo sido apresentados acima uma problematização a respeito de suas possíveis falhas, é necessário que ofereçamos, nos parágrafos subsequentes, explicações para os critérios elencados no Quadro 2.

1. Controle da modalização

Por controle da modalização entende-se a origem do caráter modal expresso. A modalização pode ser caracterizada pela origem no próprio sujeito sintático do enunciado ou numa fonte externa. Em língua portuguesa, poderíamos exemplificar esse traço com a oposição estabelecida pelo par de modais *dever/precisar*: o verbo *dever* geralmente se refere a uma ordem ou necessidade estabelecida por um elemento externo ao discurso, não correspondendo ao sujeito sintático do enunciado. O verbo modal *precisar*, por sua vez, costuma expressar uma necessidade que se origina do próprio sujeito sintático da oração:

(45) Eleitores, que somos, **deveríamos** entrar em contato com os que elegemos para a Municipalidade, o Estado e a Nação para cobrar deles a necessária presença no encaminhamento das soluções dos problemas que afligem o povo. (VIEIRA, 2009)

(46) Todas as pessoas aspiram por segurança; porém essas se deparam pela falta de segurança pública manifestada pela violência no trânsito, nos cárceres, no tráfico de drogas, armas, desigualdades sociais, na fome, na miséria, na corrupção e em outras formas. Nós **precisamos** refletir sobre essa questão. (BATTISTI, 2009)

No caso do exemplo (45), o verbo *dever*, que apresenta o traço [-controle] expressa uma necessidade externa: devemos, segundo nossos deveres de cidadão, que nos são atribuídos pelas autoridades, e segundo a consciência coletiva da sociedade, estabelecer um diálogo com os governantes. O exemplo (46), por sua vez, expressa antes uma compulsão do próprio sujeito sintático do enunciado, que, embora possa receber influência externa, a modalização deve partir dele próprio. Apresenta, por esse motivo, o traço [+controle].

Note-se, no entanto, que em língua portuguesa o par de verbos modais *dever/precisar* não se apresenta totalmente gramaticalizado, ou seja, pode haver divergências quanto às funções por eles exercidas e quanto ao significado por eles expresso: por vezes, teremos a impressão de que *dever* expressa uma compulsão do próprio sujeito sintático do enunciado, e *precisar* de uma ordem oriunda de uma fonte externa. Esse quadro muda radicalmente se passarmos a considerar, por exemplo, a

língua alemã, que apresenta o par *müssen/sollen*: o primeiro verbo modal, *müssen*, pode expressar tanto uma ordem externa quanto uma compulsão do próprio sujeito sintático, ao passo que *sollen* sempre expressa uma ordem ou um conselho oriundo de uma fonte de modalização externa. Vejamos alguns exemplos, extraídos de Eisenberg (1998, pp. 94-97):

(47) An unserer Schule **mussten** sich die Schüler früher vor Schulbeginn in Reih und Glied aufstellen.

(48) Ich **muss** heute zur Schule gehen.

(49) Du **sollst** morgen auf die Post kommen und ein Paket abholen.

Não nos deteremos em aspectos pontuais referentes ao tipo de fonte externa responsável pela modalização, pois o modelo aqui exposto objetiva apresentar as características dos verbos modais de uma maneira simplificada.

2. Intensidade da modalização

A intensidade da modalização expressa o grau de envolvimento do locutor com a realização da ação expressa pelo enunciado, referindo-se, mais especificamente, à força ilocucionária de um enunciado. O parâmetro [+intenso] indica, assim, a imposição para realizar determinada ação, uma coação num sentido amplo, ao passo que o traço [-intenso] se caracteriza mais como um convite ou uma sugestão para a realização da referida ação. Distinguimos, portanto, entre os modais que, supostamente, surtem efeito, levando à realização da ação, e os que não produzem efeito imediato. Em língua portuguesa, a percepção dessa característica é tarefa complexa, por não haver formas específicas para delimitar os traços [+intenso] e [-intenso]. Um dos poucos casos em que essa delimitação pode ser aplicada é com referência ao par de modais *precisar/ter de*, conforme podemos verificar nos exemplos:

(50) Moços e velhos, crianças e adultos, **temos de** preparar-nos para este encontro de salvação, de alegria e de graça com o Menino que nos foi dado na noite de Belém. (VIEIRA, 2009)

(51) Ao se aproximar o Natal e o fim de ano, **precisamos** dedicar tempo ao descanso do corpo, mas não para a alma. (BATTISTI, 2009)

Nesse caso, podemos novamente exemplificar a intensidade da modalização com a língua alemã: os modais *müssen/sollen* expressam valores complementares que se diferenciam apenas pela sua intensidade; o primeiro verbo expressa dever, ordem (Du **musst** morgen zur Schule kommen), ao passo que o segundo verbo expressa uma obrigação atenuada, aproximando-se de um mero conselho (Du **sollst** morgen zur Schule kommen).

3. Valor da modalização

No caso das modalidades verbais, existem dezenas de denominações, e todas podem ser agrupadas sob as denominação deôntico, epistêmico e volitivo. O deôntico e o volitivo, por sua vez, apresentam significado concreto, ao passo que o epistêmico se refere a significados abstratos. Assim, atribuiu-se respectivamente, no que se refere ao valor da modalização, os valores [+concreto] e [-concreto], evitando, desse modo, elucubrações alheias aos objetivos da presente pesquisa. Essa classificação possibilitou recobrir um vasto conjunto de valores modais, reduzindo a sua complexidade aos seus traços básicos. Para a questão da modalidade epistêmica, remetemos o leitor aos trabalhos de Fauconnier e Sweetser (1996) e Sweetser (1990).

O traço [\pm concreto] pode influenciar, por exemplo, o uso concomitante de verbos modais com o traço [-concreto] com verbos modais com o traço [+concreto], constituindo, de certo modo, a modalização da modalização. Podemos encontrar referência a isso em Travaglia (1994, p. 301), nos exemplos (1466) a (1469): os verbos modais apresentados nos exemplos são epistêmicos, o que permite não somente o valor concomitante de aspecto verbal, mas também a sua utilização com outros verbos modais de valor deôntico. Entretanto, nota-se que verbos deônticos pode se relacionar a outros modais, desde que estes sejam volitivos.

Essa questão, aqui apresentada apenas para demonstrar a relevância e a validade da divisão simplificada dos verbos modais segundo os traços funcionais [+concreto] e [-concreto], pode servir para futuras pesquisas a respeito da modalização e dos verbos modais. Não entramos em detalhes nesse assunto de modo a não estender desnecessariamente nossa pesquisa.

4. Escopo da modalização

Entende-se por escopo da modalização o nível de atuação do verbo modal num enunciado. No caso de o verbo apresentar o traço [+direto], ele está incluído sintática e semanticamente na oração principal. Se ele tem o traço [-direto], ele se refere ao enunciado como um todo, ou seja, embora sintaticamente incluída na oração, ele se apresenta semanticamente fora dessa oração, referindo-se a toda ela.

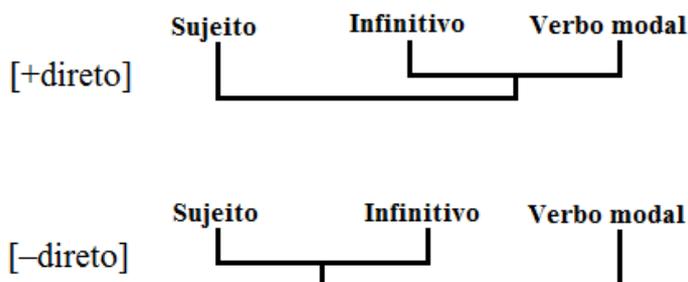
Em gramáticas modernas da língua alemã, esse traço dos verbos modais tem representação gramatical, subdividindo-os em dois subgrupos: os de modalização objetiva (com o traço [+direto]) e os de modalização subjetiva (com o traço [-direto]). Essa classificação é feita com base em critérios sintáticos e semânticos.

Na modalização objetiva, os modais se relacionam primeiramente ao complexo verbal, para depois estenderem o seu significado ao complexo nominal (52), referindo-se o verbo modal, tanto sintática quanto semanticamente, ao infinitivo da oração (SCHULZ e GRIESBACH, 1970; HELBIG e BUSCHA, 2001). Na modalização subjetiva, por sua vez, o verbo modal se refere ao complexo oracional como um todo (53) e, por isso, refere-se sintaticamente ao infinitivo da oração, e semanticamente a todo o enunciado. Essa forma de modalização disjunta representa uma avaliação do locutor a respeito de todo o enunciado. Em português poderíamos exemplificar essas duas formas de modalização com os seguintes enunciados:

(52) Compreender não é tudo, **devemos** nos tornar coerentes, isto é, viver o Evangelho. (AGNELO, 2009)

(53) A violência com que o avião se precipitou no mar, provocou a súbita despressurização, que tira a consciência até de quem está acordado. Assim, do sonho de voar, e do sono do vôo, **devem** ter passado para a dura realidade de sucumbir à força da gravidade. (VALENTINI, 2009)

Note-se que quando o verbo modal apresenta o traço [+direto], ele faz parte do predicado semântico, ligando-se ao complexo verbal, ao passo que quando apresenta o traço [-direto], ele se situa fora do conjunto do predicado semântico, ligando-se ao complexo oracional. Simplificando-se o que foi explicado acima, obtém-se a seguinte representação esquemática (HELBIG e BUSCHA, 2001, p. 117):



É possível verificar a validade dessas afirmações usando-se as orações assertivas do exemplo em orações interrogativas, e o verbo modal como proforma para substituir o complexo verbal:

(52) Compreender não é tudo, **devemos** nos tornar coerentes, isto é, viver o Evangelho.

(52a) **Devemos** nos tornar coerentes?

(52b) Sim, nós **devemos**.

Comparem-se agora os seguintes enunciados:

(53) A violência com que o avião se precipitou no mar, provocou a súbita depressurização, que tira a consciência até de quem está acordado. Assim, do sonho de voar, e do sono do vôo, **devem** ter passado para a dura realidade de sucumbir à força da gravidade.

(53a) *Eles **devem** ter passado para a dura realidade de sucumbir à força da gravidade?

(53b) *Sim, eles **devem**.

Na modalização objetiva, presente no exemplo (52), a oração assertiva pode ser transformada em uma oração interrogativa, e o verbo modal pode ser usado como proforma para substituir uma oração inteira. O verbo modal pôde ser usado como proforma para substituir a oração pelo fato de o verbo modal se situar semanticamente e sintaticamente dentro do complexo verbal.

No caso da modalização subjetiva, presente no exemplo (53), não é possível transformar o enunciado modalizado em interrogação. Isto pode ser explicado pelo fato de nos enunciados que apresentam modalização subjetiva, o falante fazer uma

inferência, que só é possível quando se tem uma certeza, mesmo que psicológica. Depreende-se, deste modo, que interrogações não são inferências. Uma interrogação é uma das formas de se fazer inferências. Além disso, o verbo modal não pode ser usado como proforma para representar todo o complexo verbal. Isto ocorre pelo fato de ele se situar semanticamente fora do complexo verbal dos enunciados modalizados, embora, sintaticamente, se situe dentro do complexo verbal.

5. Animacidade do sujeito

Outra importante propriedade sintático-semântica para a definição do grau de prototipicidade dos verbos modais são os traços [+animado] ou [-animado] do sujeito sintático da oração. Pelo fato de se pressupor que a modalidade deve se originar de um sujeito com o traço [+animado], normalmente não são feitos questionamentos a respeito disso. Os enunciados com verbos modais geralmente apresentam sujeito com o traço [+animado], como se pode ver abaixo:

(54) Os seminaristas **devem** abordar a Bíblia como livro da vida e não como livro de estudo. (BRANDES, 2009)

(55) É uma pergunta incômoda, pois aí não **poderemos** apenas apontar o dedo para outros, mas teremos que nos incluir também, e pior: teremos que reconhecer nossa culpa na direção que o mundo tomou. (TEMPESTA, 2009)

No entanto, em certos casos deparamo-nos com enunciados com sujeito sintático que apresenta o traço [-animado], mas que, apesar disso, modaliza o enunciado:

(56) A luz brilhou na escuridão porque as trevas **queriam** ser mais fortes. (BATTISTI, 2009)

(57) Como se procurassem um despertador que lhes dissesse a que hora **devem** levantar-se. (AGNELO, 2009)

No caso dos últimos enunciados, a modalização parece antes uma constatação de um estado de coisas pelo locutor do que uma modalização propriamente dita.

6. Polaridade

A polaridade se refere a uma questão mais complexa do que a simples oposição entre orações com os traços [+afirmativo] e [-afirmativo]. No entanto, de modo semelhante a como procedemos com os outros critérios, nesta pesquisa não levaremos em conta tais pormenores. A respeito dessa questão, Miranda (2008, p. 91) afirma que

a polaridade é “a relação entre oposições semânticas, i.e., entre sentidos, ou expressões que os denotam, que são fundamentalmente incompatíveis/contraditórias entre si” (apud MICHEL, 2004, p. 701). A polaridade, assim, está presente não apenas em relações lógicas de proposições negativas e positivas, mas também recobre as relações conceptuais que definem tanto pares contrários tais como quente-frio, bom-ruim quanto relações entre argumentos favoráveis ou contrários a uma conclusão.

Michel (2004, pp. 701-702), *apud* Miranda (2008, p. 91)

distingue três tipos básicos de oposição polar: i) a contradição (*contradiction*), considerada o tipo mais fundamental de oposição – sim e não; ii) a contrariedade (*contrariety*), em que há inconsistência de uma relação de oposição binária, ocorrendo entre domínios que permitem mais de dois valores possíveis, como em “quente-frio”, em que há a possibilidade do “morno”, além das gradações possíveis entre eles; e iii) a reversão (*reversal*), envolvendo uma oposição não entre proposições e predicados entre si, mas entre uma série de proposições e predicados ordenados, ou seja, entre escalas.

O emprego de expressões com polaridade negativa revela, por vezes, uma tentativa de atenuação dos modais, sobretudo os de caráter deôntico, como podemos evidenciar nos enunciados abaixo:

(58) Não devemos reforçar nossa animalidade, mas a nossa sanidade que leva à santidade. (BRANDES, 2009)

(59) Não podemos perder essa bússola, que aponta para o norte dos ideais, dos projetos de cidadania, da conquista do bem coletivo, da inclusão social. (PAGOTTO, 2009)

7. Fase acional

Antes de partirmos para a análise de ocorrências de verbos modais, considerando também uma perspectiva e fases acionais, é necessário fazer algumas observações a respeito do conceito de ação nessa forma de considerar.

De uma forma geral, o conceito de ação é multifacetado nas diferentes perspectivas linguísticas, não havendo, portanto, consenso a respeito de sua natureza, nem unanimidade quanto à sua definição. Por esse motivo, a fim de manter a homogeneidade teórica, empregaremos a definição apresentada por Johnen (2003) em sua obra *Die Modalverben des Portugiesischen (PB und PE)*.

A análise dos verbos modais empreendida para o alemão normalmente é apresentada como uma estrutura dupla que apresenta um lado objetivo e um lado caracterizado pela subjetividade, a partir do qual o falante orienta as suas ações. As ações são, desse modo, consideradas de forma estruturada, apresentando complexidade. As ações são diferenciadas de acordo com o tema do discurso, como o discurso em si ou se elas não se relacionam a nenhum dos fatores mencionados.

No que se refere à fase acional que representam, Johnen (2010, pp. 82-83) divide os verbos modais nos seguintes tipos:

- I. avaliação e orientação: percepção identificação e avaliação do contexto em que se baseia a ação;
- II. motivação: julgamento prima-facie que a ação tematizada é desejável por ter certas propriedades (sem considerar efeitos ou implicações negativas, e a questão se a ação é realizável);
- III. determinação do objetivo acional com as sub-fases formação do objetivo acional e formação da intenção;
- IV. decisão;
- V. planificação;
- VI. execução com as sub-fases decisão, planificação e início da execução;
- VII. resultado: tematização do objetivo acional a partir do resultado visado (p. ex. querer ter/receber).

Se levarmos em conta esses valores, perceberemos que eles podem ser subdivididos em fases acionais conclusas e fases acionais inconclusas: as primeiras se

referem à realização ou concretização da ação ou da intenção acional, às quais fará referência o traço [+concluso], e as últimas se referem ao planejamento da ação ou da intenção acional, a elas se referindo o traço [-concluso]. Desse modo, apresentam o traço [-concluso] as fases acionais I, II, III e IV, e o traço [+concluso] as fases V, VI e VII.

Uma das particularidades importantes desse critério, que possibilita definir a que fase acional os verbos modais pertencem, é a relação entre o verbo modal e o verbo pleno a que se refere. Assim, orações com fases acionais inconclusas tendem a pospor as ações dos verbos plenos, e fases acionais conclusas apresentam simultaneidade entre o momento de modalização e o verbo pleno:

(60a) **Quero** dedicar esta reflexão aos pastores que dedicam o seu tempo diuturnamente, para dar a vida e oferecer pastagens abundantes ao seu rebanho. (BATTISTI, 2009)

(60b) Advento significa vinda. Tempo do Advento é, portanto, tempo de espera de alguém que **deve** chegar. (AGNELO, 2009)

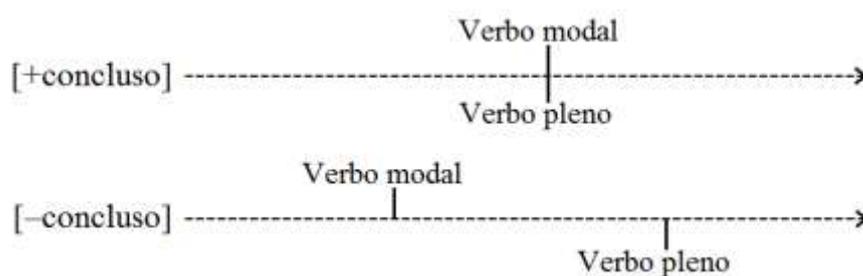
(61a) O outro é irmão, sem o qual não **posso** existir. (BRANDES, 2009)

(61b) A caridade pastoral **deve** animar a mística do nosso serviço pastoral. (SCHERER, 2009)

Em (60a) temos um exemplo de enunciado em que o verbo modal e o verbo pleno não apresentam simultaneidade temporal. Pelo entorno comunicativo, é possível perceber que a reflexão que será feita não ocorre no mesmo momento em que é formada a intenção. O exemplo (60b) apresenta características semelhantes, visto que o verbo modal *dever*, nesse caso, expressa uma avaliação sobre a ocorrência da ação no futuro. Obviamente, temos aqui verbos cuja realização ocorre em momentos temporais distintos.

O exemplo (61a) apresenta simultaneidade temporal entre o verbo modal e o verbo pleno. A partir do entorno comunicativo em que os verbos estão situados, é possível depreender a sua simultaneidade temporal. Em (61b), de modo semelhante, a ação de *animar* pressupõe que a exortação para ela, expressa por *dever*, ocorre simultaneamente a ela.

A respeito dessa característica dos verbos modais, podemos apresentar a seguinte esquematização:



A definição da fase acional dos verbos modais é fundamentada em critérios semânticos e pragmáticos, o que evidencia a sua relevância comunicativa. O uso de verbos modais de diferentes fases acionais permite obter enunciados que mostram um pequeno ou um grande envolvimento do locutor.

(62) **Desejo** suscitar o interesse e a curiosidade, para que o povo leia o documento pontifício. (BOHN, 2009)

(62a) **Quero** suscitar o interesse e a curiosidade, para que o povo leia o documento pontifício.

(62b) **Pretendo** suscitar o interesse e a curiosidade, para que o povo leia o documento pontifício.

(62c) **Vou** suscitar o interesse e a curiosidade, para que o povo leia o documento pontifício.

Os exemplos apresentados podem ser considerados, inclusive, uma gradação de envolvimento do locutor. Apesar da relevância dessa questão, ela não será aqui tratada.

CAPÍTULO 4: ANÁLISE E RESULTADOS

Neste capítulo, será apresentada a análise, cotejada com a teoria apresentada anteriormente. Os enunciados analisados nesta pesquisa pertencem todos a um *corpus* de textos religiosos católicos, redigidos em português brasileiro, tendo sido privilegiada, portanto, esta variante. Do mesmo modo, fez-se a delimitação dos verbos modais a serem analisados: embora exista, em português, uma grande variedade de formas modais, foram privilegiadas aquelas com um número maior de ocorrências em relação quantitativa numérica, como se verá no quadro 3. Os verbos modais *poder*, *dever* e *querer*, tidos como canônicos pela tradição gramatical, apresentaram, coincidentemente, os maiores índices de ocorrência. Consideraremos a sua distribuição em textos religiosos católicos, delimitados por diferentes tempos litúrgicos, a fim de demonstrar como o emprego de determinados verbos modais revela intenções comunicativas, influenciados por fatores extralinguísticos. A escolha do discurso religioso católico como objeto de análise se deve ao fato de apresentar delimitações bem definidas, representadas pelos tempos litúrgicos. Além disso, o fato de constituir um gênero formador de opinião, assim como outras formas de discurso religioso, foi um fator determinante para a sua escolha.

4.1. DEFINIÇÃO DO GÊNERO TEXTUAL E DE SUAS PECULIARIDADES

Antes de prosseguir, é necessário definir alguns conceitos a que faremos referência no decorrer deste capítulo.

4.1.1. O ARTIGO DE OPINIÃO CATÓLICO E O ARGUMENTO DE AUTORIDADE

O gênero textual artigo de opinião apresenta como objetivo principal a persuasão por meio da argumentação, o que é feito através de análises, avaliações e respostas a determinada questão problemática ou controversa. Devido ao seu caráter argumentativo, esse gênero é caracterizado pela grande importância conferida à análise do problema e ao posicionamento do autor em relação a ele. Por esse motivo, todo o processo argumentativo é permeado pelo seu ponto de vista.

Como o objetivo do artigo de opinião é convencer o outro por meio da apresentação de ideias que coadunem com as do autor, procura-se influenciar o interlocutor a aderir às suas concepções, refutando, previamente, quaisquer opiniões divergentes.

O autor do artigo de opinião costuma ser uma autoridade na questão que aborda, ou ao menos posiciona-se dessa forma, a fim de conferir credibilidade e persuadir o seu interlocutor. Entretanto, por vezes, ele se fundamenta em uma fonte externa de autoridade, como em obras ou pesquisas de referência sobre o tema tratado, bem como em pesquisadores que se dedicam à questão apresentada em seu texto. É nesse ponto que o artigo de opinião católico se diferencia do artigo de opinião comum: neste, as questões são de ordem diversa e não representam um ponto de vista homogêneo, sendo norteado por interesses distintos de acordo com o público e com os veículos de comunicação a que são destinados; naquele, os temas tratados sempre são permeados por questões religiosas, e a argumentação apresentada deve estar em concordância com os três pilares doutrinários da Igreja – a Bíblia, a Tradição e o Magistério – dado que constitui a opinião oficial da Igreja, representada, no caso desta pesquisa, pelo discurso do episcopado. O bispo, por sua vez, ocupa a posição de detentor das verdades da fé, representando a posição oficial da Igreja. Por esse motivo, a sua opinião pessoal é sempre permeada pelos direcionamentos da Santa Sé.

Essa particularidade também influencia o contexto de recepção do artigo de opinião católico: ao passo que o texto jornalístico costuma ter uma divulgação bastante ampla, o texto católico costuma se apresentar mais restrito, voltado quase que exclusivamente aos fiéis católicos.

4.1.2. O ANO LITÚRGICO

O ano litúrgico é caracterizado como o período em que a Igreja celebra a redenção operada por Deus em Jesus Cristo. Esse período é, portanto, centrado no mistério pascal, e se inicia na comemoração do mistério da encarnação e se encerra com a festa de Pentecostes e a espera da vinda do Senhor. Ele apresenta uma subdivisão em três outros ciclos: Ciclo do Natal, Ciclo da Páscoa e Ciclo do Tempo Comum. O ano litúrgico não corresponde ao ano civil: o ponto de referência para o seu início é o primeiro domingo do Tempo do Advento, e o seu término ocorre na trigésima quarta semana do Tempo Comum.

O primeiro período do ano litúrgico é o Ciclo de Natal, que compreende o Tempo do Advento e o Tempo do Natal, ocasião em que é celebrado o mistério da Encarnação do Filho de Deus. O tempo do Advento, que marca o início do ano litúrgico, constitui um momento de preparação para a comemoração do Natal, e apresenta dois sentidos principais: além de ser a preparação para o Natal, em que se comemora a primeira vinda de Jesus, apresenta também um sentido escatológico, exortando para a segunda vinda de Cristo.

O segundo período do ano litúrgico é o Ciclo da Páscoa, em que é celebrado o mistério da paixão, morte e ressurreição de Jesus Cristo, que culmina com a ascensão ao céu e a vinda do Espírito Santo, comemorado na festa de Pentecostes. Esse ciclo é composto pelo Tempo da Quaresma e pelo Tempo da Páscoa. Na Quaresma, a Igreja exorta os seus fiéis a praticarem a caridade, o jejum e a oração e busca chamar a atenção para as consequências sociais do pecado. É um tempo de preparação para a Páscoa e de penitência e conversão. O Tempo da Páscoa, que apresenta como ponto central o Tríduo Pascal, a celebração mais importante da liturgia católica, se estende até a festa de Pentecostes. Nesse período, são comuns as exortações à prática de ações que testemunhem uma verdadeira fé cristã.

O terceiro e último ciclo do ano litúrgico é o Tempo Comum, que apresenta duas etapas: a primeira se situa entre o Tempo do Natal e o Tempo da Quaresma, e a segunda se situa entre o Tempo da Páscoa e o Tempo do Advento. Diferentemente dos outros tempos litúrgicos, o tempo comum não celebra um aspecto específico da fé, mas a plenitude do mistério de Deus, sendo este o mais longo ciclo.

4.2. METODOLOGIA DE PESQUISA

Cada tempo litúrgico apresenta temas específicos que determinam, diretamente, a escolha de certos elementos linguísticos em detrimento de outros. Assim, parte-se do pressuposto de que essas diferenças no plano do conteúdo possam influenciar os índices de prototipicidade dos verbos modais. Com o intuito de determinar a validade dessa hipótese, escolheu-se, aleatoriamente, em cada um dos 5 tempos litúrgicos em que estão divididos os artigos de opinião analisados, 10 ocorrências²¹ dos verbos modais *poder*,

²¹ No *corpus* analisado, o Tempo do Natal apresentava poucos artigos devido à sua duração, fato esse que acarretou, conseqüentemente, uma diminuição da quantidade de verbos modais neles presentes. Assim, foi possível encontrar apenas 6 ocorrências de *dever*, e 5 de *querer*.

*dever e querer*²². Fez-se a escolha desses verbos devido ao seu alto índice de ocorrência. Coincidentemente, eles são considerados verbos modais canônicos pela tradição gramatical de língua portuguesa.

As ocorrências escolhidas foram analisadas quanto à sua prototipicidade, com base nos parâmetros anteriormente elencados. No que se refere à distribuição das ocorrências, estas foram analisadas em seus respectivos tempos litúrgicos.

4.3.1. ANÁLISE QUANTITATIVA

A fim de determinar o índice de ocorrência de verbos modais e a sua relevância comunicativa, foram analisados cerca de 270 textos de todos os tempos litúrgicos. A distribuição desses verbos, sem se considerar separadamente cada tempo litúrgico, era previsível, dado o gênero textual verificado. Vejamos os resultados:

| | |
|-------------------|-----|
| poder | 687 |
| dever | 376 |
| querer | 290 |
| precisar | 163 |
| desejar | 55 |
| saber | 28 |
| ser possível | 28 |
| ser capaz de | 27 |
| ser necessário | 26 |
| pretender | 16 |
| necessitar | 16 |
| ter que | 13 |
| visar | 10 |
| urgir | 6 |
| chegar a | 3 |
| estar disposto a | 3 |
| objetivar | 2 |
| carecer de | 2 |
| estar pronto para | 1 |
| ter de | 1 |

²² Apenas foram consideradas as ocorrências de verbos modais em elocuições de bispos da CNBB, tendo sido omitidas as citações bíblicas com modais, por não representarem diretamente o discurso desses bispos.

Os modais *poder*, *dever* e *querer*, considerados canônicos, revelaram um altíssimo índice de ocorrência em comparação com os outros modais considerados. No entanto, destacam-se também os modais *precisar* e *desejar*, que apresentaram um significativo índice de ocorrência.

4.3.2. ANÁLISE QUALITATIVA

A análise do índice de prototipicidade dos modais nos diferentes tempos litúrgicos apresentou resultados interessantes. Vejamos cada tempo litúrgico separadamente.

TEMPO DO ADVENTO

Exemplos com *poder*:

- (1) Esse sentido cristão do Natal de Jesus Cristo não **pode** ser substituído, como de fato está sendo na sociedade. (PAGOTTO, 2009)
- (2) A doação **poderá** ser dirigida às secretarias das paróquias ao longo da semana ou ser levada no próximo domingo, 7 de dezembro, quando os fiéis participam das celebrações em todas as comunidades. (BERGMANN, 2009)
- (3) Não **podemos** perder essa bússola, que aponta para o norte dos ideais, dos projetos de cidadania, da conquista do bem coletivo, da inclusão social. (PAGOTTO, 2009)
- (4) Essa é a força e a graça do Natal. Não **podemos** desperdiçá-la; ao contrário, devemos vivê-la plenamente. (CONTI, 2009)
- (5) Natal com Jesus é o mínimo e o melhor que nos **pode** acontecer. (BRANDES, 2009)
- (6) Esta dimensão folclórica das festividades natalinas tem também seu sentido. Suas origens, tantas vezes pouco conhecidas, remetem ao sentido do bem e da solidariedade, ao compromisso com a alegria que se **pode** devolver ao coração das pessoas. (AZEVEDO, 2009)
- (7) A solução para a questão de Beagle **pode**, portanto, ser traduzida nesta fórmula: paz com justiça, paz com amizade, paz com desenvolvimento. (SCHERER, 2009)
- (8) Graças ao Tratado de Paz e Amizade, Argentina e Chile renunciaram a projetos estratégicos de expansão militar e territorial para alcançar dois bens maiores: a convivência pacífica e a construção conjunta de um projeto de cooperação econômica e

de integração efetiva entre os dois países. Comprovaram, assim, que com a paz nada faz perder, mas tudo **pode** ser perdido com a guerra. (SCHERER, 2009)

(9) No dia 5 de dezembro, em Monte Aymond, na qualidade de Enviado extraordinário do papa Bento XVI, tive a honra de participar da comemoração do 30º aniversário da Mediação Pontifícia e de entregar uma mensagem do Papa nas mãos das duas chefes de Estado; e **pude** testemunhar pessoalmente que os frutos da paz, exaltados pela presidenta Bachelet, vão crescendo na amizade e na progressiva colaboração e integração entre as duas nações. (SCHERER, 2009)

(10) A espera **pode** também se tornar incômoda. (AGNELO, 2009)

| Enunciado | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Valor |
|--------------------------|---|---|---|---|---|---|---|-------|
| (1) | - | + | + | + | - | - | - | 3 |
| (2) | - | + | + | + | - | + | + | 5 |
| (3) | - | + | + | + | + | - | - | 4 |
| (4) | - | + | + | + | + | - | - | 4 |
| (5) | - | - | - | + | - | + | - | 2 |
| (6) | - | - | - | + | - | + | - | 2 |
| (7) | - | - | - | + | - | + | - | 2 |
| (8) | - | - | - | + | - | + | - | 2 |
| (9) | + | + | + | + | + | + | + | 7 |
| (10) | - | - | - | + | - | + | - | 2 |
| Média de prototipicidade | | | | | | | | 3,3 |

O baixo índice de prototipicidade do verbo *poder* no Tempo do Advento (3,3 pontos) pode ser explicado pelo fato de o poder nunca se originar diretamente da Igreja ou dos fiéis, mas sim de Deus. A autoridade religiosa é um intermediário entre Deus e os homens, motivo pelo qual o verbo *poder* costuma ocorrer com significado atenuado. O índice aí registrado é o mais baixo dentre todos os tempos litúrgicos, o que evidencia a consciência da Igreja de que deve servir a Cristo, ou seja, o poder da Igreja não emana dela própria.

Exemplos com *dever*:

(1) O amor próprio ferido impede o nosso crescimento, que **deve** passar por um bom burilamento interior, sobretudo quando formos atraídos pelas nossas próprias paixões, ainda que secretas. (PAGOTTO, 2009)

(2) Feliz Natal! Porque Natal **deveria** ser feliz para todos. (CONTI, 2009)

- (3) Não podemos desperdiçá-la; ao contrário, **devemos** vivê-la plenamente. (CONTI, 2009)
- (4) Nesse sentido, lembrei-me que no livro do Êxodo, na Bíblia, após o relato da Páscoa, segue um capítulo, o 13, no qual Moisés lembra aos pais o que **deverão** dizer, por sua vez, aos filhos quando forem perguntados sobre o sentido dos gestos que estão fazendo. (CONTI, 2009)
- (5) Porém o Menino será somente o pobrezinho que nasceu em Belém e que **deve** continuar dormindo em paz. (CONTI, 2009)
- (6) A base de toda espiritualidade, assim como de nossa retidão de doutrina, é a boa participação dominical, quando a Missa é celebrada de acordo com as instruções da Igreja e cria no coração de cada membro do povo de Deus o Amor e entusiasmo que **deve** nos conduzir como discípulos-missionários, vivendo permanentemente em estado de Missão. (TEMPESTA, 2009)
- (7) Na busca da solução para o litígio, o mediador papal seguiu as orientações da Doutrina Social da Igreja, na encíclica “Pacem in terris”, de João XXIII: as relações entre as comunidades políticas **devem** regular-se pelas mesmas normas da lei natural que regem a vida dos indivíduos: a verdade, a justiça, a solidariedade operante e a liberdade. (SCHERER, 2009)
- (8) Advento significa vinda. Tempo do Advento é, portanto, tempo de espera de alguém que **deve** chegar. (AGNELO, 2009)
- (9) Muitos vivem dia após dia, como vem. Não fazem perguntas e não procuram respostas. Como se procurassem um despertador que lhes dissesse a que hora **devem** levantar-se. (AGNELO, 2009)
- (10) Isso significa que a simples repetição de ritos simbólicos **devia** ser acompanhada por uma explicação. (CONTI, 2009)

| Quadro 5: Tempo do Advento (<i>dever</i>) | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|-------|
| Enunciado | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Valor |
| (1) | - | + | + | + | - | + | + | 5 |
| (2) | - | - | - | + | - | + | - | 2 |
| (3) | - | + | + | + | + | + | + | 6 |
| (4) | + | + | + | + | + | + | + | 7 |
| (5) | - | + | - | + | + | + | - | 4 |
| (6) | - | + | + | + | - | + | - | 4 |
| (7) | - | + | + | + | - | + | + | 5 |
| (8) | - | - | - | + | - | + | - | 2 |
| (9) | - | + | + | + | - | + | + | 5 |
| (10) | - | - | + | + | - | + | - | 3 |
| Média de prototipicidade | | | | | | | | 4,3 |

O verbo modal *dever* apresentou um baixo índice de prototipicidade, perfazendo 4,3 pontos. Embora esse verbo seja geralmente considerado um modal com valor deôntico forte, indicando noções de poder e autoridade, os resultados demonstraram que, no contexto religioso, ele indica mais um significado de convite e exortação do que dever ou obrigação. Sua função é instigar à preparação para a segunda vinda de Cristo, o que faz que ele tenha, no que se refere à sua função comunicativa, pontos de intersecção com o modal *querer*.

Exemplos com *querer*:

- (1) A nossa Campanha diocesana “SOS – ENCHENTES”, como já escrevi na carta dirigida a todas as paróquias e comunidades, **quer** ser “uma expressão também de nossa gratidão pela ajuda que nós recebemos por ocasião da enchente de 1974 aqui em Tubarão e uma oportunidade de vivenciarmos o nosso ser cristão e sermos verdadeiramente irmãos com os necessitados”. (BERGMANN, 2009)
- (2) Essa é a maior dificuldade que encontra quem **quer** contar a história do Natal e, se acredita, transmitir algo mais. (CONTI, 2009)
- (3) Neste Natal **queremos** anunciar sem ambigüidades, a grandeza do homem, revelada por Jesus. (OPPERMANN, 2009)
- (4) Por amor, Deus assume nossa carne, nosso corpo e **quer** repousar no estábulo de nossos corações para que creiamos em seu amor. (BRANDES, 2009)
- (5) Pouco a pouco os exilados foram retornando. Encontravam suas terras ocupadas por outros, estavam muito pobres. Mas eram ricos de sonhos, **queriam** construir um novo templo ao Senhor, ainda que faltassem os meios. (AGNELLO, 2009)

(6) Mas os homens sabem também que o patrão ao retorno **quererá** ver que coisa fizeram, qual uso feito do seu poder, das coisas colocadas em suas mãos. (AGNELO, 2009)

(7) Não possuem, mas **querem** ter a todo o custo, enraivecem-se, rebelam-se. (AGNELO, 2009)

(8) O Senhor **quer** nos encontrar não adormentados, mas cristãos conscientes e atentos. (AGNELO, 2009)

(9) Neste sentido, **quero** trazer aqui a nota que a CNBB publicou recentemente. (BATTISTI, 2009)

| Enunciado | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Valor |
|--------------------------|---|---|---|---|---|---|---|-------|
| (1) | - | + | + | + | - | + | - | 4 |
| (2) | + | + | + | + | + | + | - | 6 |
| (3) | + | + | + | + | + | + | + | 7 |
| (4) | + | + | + | + | + | + | + | 7 |
| (5) | + | + | + | + | + | + | - | 6 |
| (6) | + | + | + | + | + | + | + | 7 |
| (7) | + | + | + | + | + | + | + | 7 |
| (8) | + | + | + | + | + | + | + | 7 |
| (9) | + | - | + | + | + | + | - | 5 |
| Média de prototipicidade | | | | | | | | 6,2 |

O alto índice de prototipicidade de *querer* (6,2 pontos) no Advento indica a importância dada pela Igreja a esse tempo litúrgico. Por meio desse modal, ela, ao mesmo tempo em que alude à primeira vinda de Cristo, convoca os fiéis a refletirem sobre a importância de torná-Lo sempre concreto e real, referindo-se, desse modo, à parusia ou segunda vinda de Cristo. O verbo *querer*, nesse contexto, revela também um desejo de reviver valores essenciais para a fé, os quais dignificam o ser humano para a segunda vinda.

TEMPO DO NATAL

Exemplos com *poder*:

(1) A criança que nasce e se desenvolve no corpo de uma mulher é obra, por natureza, do Criador, mas **pode** ser mais: pode tornar-se filho de Deus por adoção, pelo Batismo, cujas águas são regeneradoras. (MOREIRA, 2009)

- (2) E na sua humildade creram no que ouviram, constataram e saíram anunciando a maravilha que viram: José, Maria e o Recém-nascido. Mas, que maravilha? A grandeza da obra de Deus, pois naquele local, por certo, a santidade que dali se exalava era mais intensa e inebriante do que a aparência paupérrima daquele cenário; cousas que só um coração puro **pode** assimilar. (VELOSO, 2009)
- (3) A organização social e política, no entanto, **pode** expor os homens públicos a tentações que os desclassificam: vinganças, leniência, apropriação indébita, prevaricação, interesses pessoais ou familiares, perseguições... (OPPERMANN, 2009)
- (4) Que este tempo chuvoso e “invernal” da Região Norte nos ajude a refletir sobre que passos **poderíamos** dar para que a curto, médio e longo prazo construamos um sociedade em que os direitos humanos estejam presentes e as pessoas tenham o necessário para viver bem. (TEMPESTA, 2009)
- (5) Alegria maior não **poderia** haver. (RODRIGUES, 2009)
- (6) Ora, com toda a complexidade própria do que **pode** configurar a crise econômica, no seu bojo não está o exagero dos lucros com sua ganância própria e perversa? (AZEVEDO, 2009)
- (7) Ora, o Santo Padre adverte que não se **pode**, pois, prescindir do sentido de fraternidade e de responsabilidade. (AZEVEDO, 2009)
- (8) Mais tarde, já seminarista, **pude** traduzir para a minha curiosidade juvenil, a linda doutrina: “Aquele que os céus não podem conter, o teu seio abrigou.” (MOREIRA, 2009)
- (9) Os pastores, exatamente porque nada possuíam, porque não contavam com nada e porque ninguém nada esperava deles, precisamente porque eram pobres e marginalizados, **puderam** receber esta notícia como boa notícia. (RODRIGUES, 2009)
- (10) Os pastores **puderam** sentir com profundidade, mais que todos, a alegria de se saberem amados por Deus. (RODRIGUES, 2009)

| Quadro 7: Tempo do Natal (<i>poder</i>) | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|-------|
| Enunciado | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Valor |
| (1) | - | - | - | + | + | + | - | 3 |
| (2) | - | - | + | + | - | + | - | 3 |
| (3) | - | - | - | + | - | + | - | 2 |
| (4) | - | - | - | + | + | + | - | 3 |
| (5) | - | - | - | + | - | + | - | 2 |
| (6) | - | - | - | + | - | + | - | 2 |
| (7) | + | + | + | + | + | - | + | 6 |
| (8) | + | + | + | + | + | + | + | 7 |
| (9) | - | - | - | + | + | + | - | 3 |
| (10) | + | + | - | + | + | + | - | 5 |
| Média de prototipicidade | | | | | | | | 3,6 |

O verbo modal *poder* apresentou um índice de 3,6 pontos. Esse baixo índice pode ser explicado pela atenuação do poder deôntico pela Igreja nesse tempo litúrgico.

Exemplos com *dever*:

- (1) No momento em que a Santa Igreja comemora o Natal de Jesus, **devemos** todos concorrer para a propagação desta solenidade por todo o orbe. (VELOSO, 2009)
- (2) Como os erros dessas pessoas são públicos, **devem** ser desmascarados em público. (OPPERMANN, 2009)
- (3) Mas o primeiro momento de qualquer pessoa, destacada para gerir a coisa pública, **deve** ser seu presumido interesse pelo bem comum. (OPPERMANN, 2009)
- (4) A proposta de “um outro mundo possível” **deve** nos questionar também para um outro tipo de trabalho possível em nossas cidades para que privilegiemos o que leva as pessoas a viverem com mais dignidade e a termos uma cidade justa, livre e igualitária. (TEMPESTA, 2009)
- (5) A fúria dos poderosos semeia terror. Herodes consultou os entendidos nas escrituras e soube que em Belém **deveria** nascer o novo Rei. (RODRIGUES, 2009)
- (6) É preciso que o tratamento da situação de pobreza se torne um problema de consciência para afetar o *modus vivendi* das sociedades, os critérios de consumo e a concepção básica e essencial da ordem econômica que **deve** presidir a organização mundial das relações entre nações, grupos e povos. (AZEVEDO, 2009)

| Quadro 8: Tempo do Natal (<i>dever</i>) | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|-------|
| Enunciado | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Valor |
| (1) | + | + | + | + | + | + | + | 7 |
| (2) | - | + | + | + | - | + | + | 5 |
| (3) | - | - | + | + | - | + | - | 3 |
| (4) | - | + | + | + | - | + | - | 4 |
| (5) | - | - | - | + | + | + | - | 3 |
| (6) | + | + | + | + | - | + | + | 6 |
| Média de prototipicidade | | | | | | | | 4,6 |

Comparado ao Tempo do Advento, o índice de prototipicidade de *dever* aumentou em 0,3 pontos no Tempo do Natal, perfazendo 4,6 pontos. Nesse tempo litúrgico, *dever* também representa um convite para a adesão à fé, marcando explicitamente o tom orientativo assumido pela Igreja nesse período, como, aliás, ocorre em todo o Ciclo do Natal.

Exemplos com *querer*:

- (1) Ainda assim, Jesus **quer** vir renascer em nosso coração. (VELOSO, 2009)
- (2) No ano que começa **quero** desejar a todos os leitores, que me acompanham através de meus artigos, um Ano Novo cheio de Paz. (RODRIGUES, 2009)
- (3) Em um dos discursos de um vereador líder de partido disse que gostaria de colocar em prática seus sonhos pelos quais chegou até ali, ouvi também de outro a declaração dos limites que todos têm, muitas vezes **querendo** resolver tudo e não podendo. (TEMPESTA, 2009)
- (4) É verdade que também aqui, em geral, quando ocorrem mudanças na condução das cidades é difícil que o sucessor leve adiante as obras do outro, **querendo** iniciar tudo de novo e deixando as outras obras inacabadas. (TEMPESTA, 2009)
- (5) Quem não vê, no segredo da encarnação do Verbo, um hino celeste à vida humana a qual até mesmo Deus **quis** assumir, para dar aos homens vida em plenitude? (MOREIRA, 2009)

| Quadro 9: Tempo do Natal (<i>querer</i>) | | | | | | | | |
|--|---|---|---|---|---|---|---|-------|
| Enunciado | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Valor |
| (1) | + | + | + | + | + | + | + | 7 |
| (2) | + | - | + | + | + | + | - | 5 |
| (3) | + | - | + | + | + | + | - | 5 |
| (4) | + | - | + | + | + | + | - | 5 |
| (5) | + | + | + | + | + | + | + | 7 |
| Média de prototipicidade | | | | | | | | 5,8 |

O verbo *querer* apresenta um índice de prototipicidade menor do que no tempo litúrgico anterior, apresentando apenas 5,8 pontos. Isso se deve ao fato de se ter saído do âmbito da espera, substituindo-a pela adesão à fé.

É interessante notar que os exemplos (2), (3) e (4) apresentam o traço [-intenso], indicando uma mera observação. Se o verbo modal fosse retirado, deixando o verbo no presente do indicativo, continuaríamos tendo um significado semelhante. Nota-se que *querer*, nesse contexto, expressa mais um convite ou uma observação do que uma vontade ou um desejo.

TEMPO DA QUARESMA

Exemplos com *poder*:

- (1) Sem catequese as pessoas vivem uma fé superficial, mágica, infantil e **podem** regredir a degraus infra-humanos. (BRANDES, 2009)
- (2) São verdadeiras portas pelas quais as pessoas **podem** entrar em relação profunda com Deus, autênticos sacerdotes, sacerdotisas e profetas do evangelho, parteiros e parteiras de uma nova sociedade. (BRANDES, 2009)
- (3) Catequizar é ajudar as pessoas descobrir que são amadas por Deus, que a vida tem sentido, que a eternidade é o melhor que **podemos** esperar. (BRANDES, 2009)
- (4) Em nome do Evangelho não **podemos** desistir de uma cultura de paz [...] (BOHN, 2009)
- (5) Os objetivos específicos da CF 2009 **podem** ser assim resumidos [...] (KRIEGER, 2009)
- (6) É assim que a justiça **pode** ser vista como a ordem no amor. (RIZZARDO, 2009)
- (7) Sozinhos, **podemos** não conseguir o intento. (MOURA, 2009)

(8) Não **podemos** nos esquecer de que a violência é também enfocada pelas notícias que vêm do exterior, de países tidos como socialmente justos e com população controlada e orientada. (TEMPESTA, 2009)

(9) É uma pergunta incômoda, pois aí não **poderemos** apenas apontar o dedo para outros, mas teremos que nos incluir também, e pior: teremos que reconhecer nossa culpa na direção que o mundo tomou. (TEMPESTA, 2009)

(10) A nossa constituição federal, num lampejo de sensibilidade para com o povo, permitiu que, mediante certas regras mínimas, **pudesse** haver projetos de lei de iniciativa popular (e não só a partir dos Deputados e Senadores). (OPPERMANN, 2009)

| Quadro 10: Tempo da Quaresma (<i>poder</i>) | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|-------|
| Enunciado | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Valor |
| (1) | - | - | - | + | + | + | - | 3 |
| (2) | + | + | + | + | + | + | + | 7 |
| (3) | - | - | - | + | + | + | - | 3 |
| (4) | - | + | + | + | + | - | + | 5 |
| (5) | - | - | - | + | - | + | - | 2 |
| (6) | - | - | + | + | - | + | + | 4 |
| (7) | - | - | - | + | + | - | - | 2 |
| (8) | - | + | + | + | + | - | + | 5 |
| (9) | + | + | + | + | + | - | + | 6 |
| (10) | - | - | - | + | - | + | - | 2 |
| Média de prototipicidade | | | | | | | | 3,9 |

No Tempo da Quaresma, o verbo modal *poder* apresenta um alto índice de prototipicidade, se comparado a outros tempos litúrgicos (3,9 pontos), evidenciando a função da Igreja em conduzir os fiéis à fé. O poder representado pelo verbo modal desse tempo é o poder conferido por Cristo à Igreja, e não um poder humano.

Exemplos com *dever*:

(1) Sem catequese, quem **deveria** ser santo, cai na desumanidade porque estas duas potencialidades estão em nós: santidade ou animalidade. (BRANDES, 2009)

(2) Dizia ele que, ao orarmos pedindo algo a Deus, já **devemos** agradecer como se já tivéssemos sido atendidos. (MAIMONE, 2009)

(3) Para a Quaresma que, como tempo de conversão, **deve** fazer nascer em nós e na comunidade compromissos à luz do Evangelho. (KRIEGER, 2009)

- (4) Nosso olhar **deve** voltar-se, também, para a sociedade, porque a convivência entre as pessoas está ficando cada vez mais difícil. (KRIEGER, 2009)
- (5) **Devemos** dar de nós mesmos, na abertura ao outro, a fim de baixar o nível de independência e construir juntos o bem, que não está longe de nós. (BATTISTI, 2009)
- (6) Todos **devem** assumir juntos a busca da paz e da concórdia, autênticos dons de Deus, mas frutos também de nossa co-responsabilidade. (AGNELO, 2009)
- (7) A Igreja, sendo perita em humanidade, na expressão de Paulo VI em seu discurso na ONU (04/10/1965) **deve** ser a exemplo de seu divino Fundador e Mestre uma Igreja serva, samaritana no qual volta o seu olhar para aqueles que sofrem e passam por necessidades. (BATTISTI, 2009)
- (8) Evidentemente, a sociedade **deve** se envolver nos programas interativos. (PAGOTTO, 2009)
- (9) Nunca **devemos** abdicar de tomar conta do nosso futuro. (OPPERMANN, 2009)
- (10) No direito da Igreja, porém, para haver punição, o fiel **deve** ser conhecedor efetivo da lei. (OPPERMANN, 2009)

| Enunciado | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Valor |
|--------------------------|---|---|---|---|---|---|---|-------|
| (1) | - | - | + | + | + | + | - | 4 |
| (2) | + | + | + | + | + | + | + | 7 |
| (3) | + | + | + | + | - | + | + | 6 |
| (4) | - | + | + | + | - | + | + | 5 |
| (5) | - | + | + | + | + | + | + | 6 |
| (6) | - | + | + | + | + | + | - | 5 |
| (7) | - | + | + | + | - | + | + | 5 |
| (8) | - | + | + | + | - | + | + | 5 |
| (9) | - | - | + | + | + | - | - | 3 |
| (10) | + | + | + | + | + | + | - | 6 |
| Média de prototipicidade | | | | | | | | 5,2 |

O Tempo da Quaresma se apresenta como um momento de reflexão, de penitência e de conversão. Por esse motivo, o alto índice de prototipicidade de *dever* (5,2 pontos) revela o forte apelo da Igreja pela prática dos ensinamentos de Cristo. Curiosamente, dentre todos os tempos litúrgicos, o mais alto índice de prototipicidade de *dever* se encontra justamente no Tempo da Quaresma.

Exemplos com *querer*:

- (1) Um ano catequético **quer** ser um ano de restauração da fé, da vida cristã, da missão em favor da salvação. (BRANDES, 2009)
- (2) Ao adotar sua afirmação – “A paz é fruto da justiça” – como lema da Campanha da Fraternidade deste ano, a CNBB **quer** que nosso olhar se volte tanto para a Quaresma quanto para a sociedade. (KRIEGER, 2009)
- (3) Entre as dores causadas por essa polêmica no íntimo **queria** trazer à consideração uma que talvez tenha sido intensa e irradiante, mas pouco refletida por causa da força emocional dos argumentos e também devido aos tons alarmantes das manchetes e das notícias veiculadas na televisão e na internet. (DUARTE, 2009)
- (4) Ninguém **quer** ser o culpado do que ocorre. Todos têm alegações que estão fazendo o máximo que podem e que a legislação permite para resolver a questão. (TEMPESTA, 2009)
- (5) Analisam-se artistas, escritores, políticos, e se **quer** mostrar por números (espertamente escolhidos), que isso tudo foi destino. (OPPERMANN, 2009)
- (6) Embora tardiamente, **quero** levar os caros amigos a umas poucas considerações, a respeito do enorme contencioso criado pelas excomunhões de Recife. (OPPERMANN, 2009)
- (7) Diante de um quadro assustador e preocupante, a Igreja no Brasil **quer** discutir a segurança pública com objetivo de chamar atenção da sociedade, mostrando que todos são responsáveis, a começar pelas autoridades para que tomem medidas urgentes de combate aos promotores da violência. (SANTORO, 2009)
- (8) Conduzidos pela Providência, temos a alegria de celebrar a Páscoa deste ano. Com ela, **queremos** renovar nossa confiança em Deus, que na morte de Cristo nos dá a certeza do seu amor, e na sua ressurreição nos garante a esperança de nossa salvação. (VALENTINI, 2009)
- (9) À sua luz podemos compreender melhor os acontecimentos que nos envolvem, para discernirmos os caminhos por onde Deus **quer** nos conduzir. (VALENTINI, 2009)
- (10) **Quero**, através desta Mensagem, dirigida a todos os diocesanos, desejar uma santa e fecunda Quaresma. (KELLER, 2009)

| Quadro 12: Tempo da Quaresma (<i>querer</i>) | | | | | | | | |
|--|---|---|---|---|---|---|---|-------|
| Enunciado | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Valor |
| (1) | - | - | + | + | - | + | - | 3 |
| (2) | - | + | + | + | - | + | - | 4 |
| (3) | + | - | + | + | + | + | - | 5 |
| (4) | + | + | + | + | + | - | + | 6 |
| (5) | + | - | + | + | + | + | - | 5 |
| (6) | + | - | + | + | + | + | - | 5 |
| (7) | + | + | + | + | - | + | - | 5 |
| (8) | + | - | + | + | + | + | - | 5 |
| (9) | + | + | + | + | + | + | + | 7 |
| (10) | + | - | + | + | + | + | - | 5 |
| Média de prototipicidade | | | | | | | | 5 |

O verbo *querer* apresenta um baixo índice de prototipicidade no Tempo da Quaresma (5 pontos). Isso pode revelar um apagamento da individualidade e a intenção da Igreja em aceitar os ensinamentos de Cristo.

TEMPO DA PÁSCOA

Exemplos com *poder*:

(1) Os tempos passam, nós mudamos, mas a missão é perpétua, o pastor **pode** mudar, pode ser outro, porém permanece o rebanho a ser orientado, conforme os mandamentos do Senhor. (VELOSO, 2009)

(2) Não sou perito em história; por isso, não saberia dizer qual foi o papa mais detestado dentre os 266 que governaram a Igreja Católica até hoje. Mas, pelo que insistem em propalar alguns meios de comunicação social, Bento XVI não **pode** ficar fora da lista. (RIZZARDO, 2009)

(3) Em parte, isso **pode** acontecer por causa do que chamamos “risco de compensação”. (RIZZARDO, 2009)

(4) Somos testemunhas de ressurreição pela alegria que se expressa num sorriso, numa consolação, num gesto positivo, numa atitude em favor da vida. Jesus Cristo ressuscitado é a alegria verdadeira que o mundo não **poderá** tirar. (BRANDES, 2009)

(5) Como ninguém **pode** ganhar sem que tenha alguém pagando, seria importante descobrir quem é o pagador. (KRAPF, 2009)

(6) O Governo não manda nos bancos estatais? Basta que esses reduzam seu próprio *spread*, que os outros bancos deverão reduzir também, para **poder** concorrer. (KRAPPF, 2009)

(7) Um cristão católico que goste da própria fé deve procurar sempre atualizá-la. Se deixar de fazer isso, **pode** tornar-se um saudosista do passado; um adulto com um conhecimento e uma experiência da vida cristã de criança e adolescente. (CONTI, 2009)

(8) O Ano Catequético **pode** nos ajudar a refletir sobre a nossa maneira concreta de cuidar da formação cristã e do crescimento permanente de todos, numa busca constante de integração entre a fé e a vida de cada um. (CONTI, 2009)

(9) Não somos ingênuos diante de um mundo competitivo que nos faz a cada instante disputar um lugar ao sol, mas sabemos que com corações novos **poderemos** ver brilhar a alegria de vidas novas compartilhando momentos difíceis sem nos acusarmos uns aos outros, e alegrias enormes sem egoísmo e compartilhando belos momentos. (TEMPESTA, 2009)

(10) Um dos mais belos e comoventes sinais que a Igreja **pode** dar ao mundo é justamente esse: o da Unidade! (TEMPESTA, 2009)

| Quadro 13: Tempo da Páscoa (<i>poder</i>) | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|-------|
| Enunciado | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Valor |
| (1) | - | - | - | + | + | + | - | 3 |
| (2) | - | + | + | + | + | - | + | 5 |
| (3) | - | - | - | + | - | + | - | 2 |
| (4) | + | + | + | + | + | - | + | 6 |
| (5) | - | - | - | + | + | + | - | 3 |
| (6) | - | - | - | + | - | + | - | 2 |
| (7) | - | - | - | + | + | + | + | 4 |
| (8) | - | - | - | + | - | + | - | 2 |
| (9) | - | - | - | + | + | + | - | 3 |
| (10) | + | + | + | + | - | + | + | 6 |
| Média de prototipicidade | | | | | | | | 3,6 |

O baixo índice de prototipicidade do verbo modal *poder* (3,6 pontos) representa, no Tempo da Páscoa, o deslocamento de poder da Igreja, que dá lugar à presença do próprio Cristo ressuscitado.

Exemplos com *dever*:

- (1) Ao contrário, sabemos que **devemos** voltar para a cidade, porém somos quase obrigados a imaginar os espaços celestes porque as novas tecnologias da comunicação abriram para a humanidade possibilidades antes impensáveis. (CONTI, 2009)
- (2) O diálogo entre pessoas de diferentes países, culturas e religiões é atraente e positivo, porque permite conhecer valores e tradições alheias. A escuta, porém, **deve** ser atenciosa e respeitosa. (CONTI, 2009)
- (3) Os amigos **devem** sustentar-se e encorajar-se reciprocamente, desenvolvendo assim os seus dons e talentos para colocá-los a serviço da comunidade humana. (CONTI, 2009)
- (4) Os jovens **devem** ser arautos de “um mundo onde reine o amor, onde os dons sejam compartilhados, onde se construa a unidade, onde a liberdade encontre o seu significado na verdade e a identidade de cada um se realize numa respeitosa comunhão”. (CONTI, 2009)
- (5) Da mesma forma, os asseclas de Darwin **devem** buscar, na leitura de suas teorias, descobrir a porta que se abre ao transcendente, onde então encontrarão a Deus. (VELOSO, 2009)
- (6) Como o pão, a religião **deve** ser considerada, pois, à luz de valores e de referências com força de inspirar, adequadamente, a compreensão social e política com seus desdobramentos legislativos e jurídicos. (AZEVEDO, 2009)
- (7) Não bastasse tudo que aqui comentamos, **devemos** lembrar ao distraído eleitor que o Senado pagou mais de seis milhões a seus funcionários no mês de janeiro, sem trabalharem, pois estavam em recesso. (VIEIRA, 2009)
- (8) A atividade ecumênica **deve** dar credibilidade às Igrejas cristãs e ao seu anúncio, sobretudo a respeito dos temas da justiça e da paz, da opressão e da fome, da perseguição e dos direitos humanos, colocando-se assim a serviço da unidade da sociedade e da humanidade e como paradigma para o exercício da tolerância e do diálogo, a integração e inclusão social. (BIASIN, 2009)
- (9) Nós, homens e mulheres de fé, **devemos** respeitar a justa autonomia da ciência e vibramos com todas as descobertas feitas através dos poderosos e sofisticados instrumentos de pesquisa que a tecnologia coloca à disposição da comunidade científica. (BIASIN, 2009)

(10) O povo paga também através do Governo que gasta dez bilhões de Reais por mês em juros sobre a dívida pública interna, dinheiro que **devia** servir para investimentos em educação, saúde, estradas, portos, ferrovias. (KRAPF, 2009)

| Enunciado | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Valor |
|--------------------------|---|---|---|---|---|---|---|-------|
| (1) | - | + | + | + | + | + | + | 6 |
| (2) | - | - | + | + | - | + | + | 4 |
| (3) | - | - | + | + | + | + | - | 4 |
| (4) | - | - | + | + | + | + | - | 4 |
| (5) | - | + | + | + | + | + | + | 6 |
| (6) | - | - | + | + | - | + | - | 3 |
| (7) | - | - | + | + | + | + | - | 4 |
| (8) | + | + | + | + | - | + | + | 6 |
| (9) | - | + | + | + | + | + | + | 6 |
| (10) | - | - | - | + | - | + | - | 2 |
| Média de prototipicidade | | | | | | | | 4,5 |

O verbo *dever*, que, assim como *poder*, apresenta um baixo índice de prototipicidade (4,5 pontos), revela o deslocamento do tom orientativo da Igreja, que dá lugar ao próprio Mistério Pascal.

Exemplos com *querer*:

(1) Com toda a consideração ainda possível, **quero** comentar algumas iniciativas, oriundas do velho continente, assestando recursos publicitários, contra o nosso Papa Bento XVI. (OPPERMANN, 2009)

(2) Aí está o recado do Cristo Ressuscitado a todos nós que **queremos** ser não apenas seus seguidores, mas principalmente seus imitadores. (VELOSO, 2009)

(3) Para não terem seu lucro reduzido, **querem** agora reduzir os juros da caderneta de poupança. Os Bancos que operam no Brasil e outros donos do capital financeiro, nacionais e estrangeiros, conseguiram em poucos anos multiplicar seu dinheiro em dólares, até julho de 2008, pelos juros mais altos do mundo e pela valorização exagerada do Real. (KRAPF, 2009)

(4) Os bancos **querem** comprar dinheiro barato e vender dinheiro caro. (KRAPF, 2009)

(5) **Queria** colocar este artigo à disposição da imprensa, mas compreendo que seus donos não tem interesse em publicar um texto que contraria os interesses dos seus anunciantes. (KRAPF, 2009)

(6) Uma simples iniciativa que **quer** alcançar dois objetivos: comemorar uma data histórica da nossa Prelazia-Diocese e oferecer aos católicos uma edição da Bíblia acessível no custo e com uma tradução atualizada das sagradas escrituras. (CONTI, 2009)

(7) A nós que muitas vezes sofremos nosso destino e pensamos nos esquivar com golpes de sorte, Jesus **quer** ensinar a compreender a nossa vida, a acolher as nossas pequenas mortes quotidianas e a nossa morte final. (AGNELLO, 2009)

(8) As nossas tendências são justamente ao contrário de tudo isso: **queremos** nos vingar, retribuir o mal com o mal, aproveitar para levar vantagem em tudo. (TEMPESTA, 2009)

(9) Se não **queremos** morrer todos de frio, cabe a nós não deixar apagar nunca o fogo do Espírito, o fogo da missão, o fogo do amor. (CONTI, 2009)

(10) Nossa peregrinação **quer** ser uma manifestação pública, um gesto profético, um grito de alegria, em prol da família que passa por crises, mas é indestrutível. (BRANDES, 2009)

| Quadro 15: Tempo da Páscoa (<i>querer</i>) | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|-------|
| Enunciado | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Valor |
| (1) | + | - | + | + | + | + | - | 5 |
| (2) | + | + | + | + | + | + | + | 7 |
| (3) | + | - | - | + | - | + | - | 3 |
| (4) | + | - | - | + | - | + | - | 3 |
| (5) | + | - | + | + | + | + | - | 5 |
| (6) | - | + | + | + | - | + | + | 5 |
| (7) | + | + | + | + | + | + | + | 7 |
| (8) | + | + | + | + | + | + | + | 7 |
| (9) | - | - | - | + | + | - | - | 2 |
| (10) | - | + | + | + | - | + | - | 4 |
| Média de prototipicidade | | | | | | | | 4,8 |

De modo semelhante a *poder* e *dever*, o verbo *querer* apresenta um baixo índice de prototipicidade, aliás, o mais baixo dentre todos os tempos litúrgicos, perfazendo apenas 4,8 pontos. Assim como ocorre com os outros dois modais, nesse período desloca-se a atenção para o Mistério Pascal, o que reduz a necessidade de modalização dos enunciados.

TEMPO COMUM

Exemplos com *poder*:

(1) Continuaremos a refletir sobre o texto do Papa na próxima semana, procurando, em resumo, compreendê-lo, para que **possa** aos poucos ajudar-nos a viver a nossa responsabilidade social como cristãos. (TEMPESTA, 2009)

(2) Aos apóstolos que voltavam da missão e começavam a contar as próprias aventuras, Jesus oferece descanso. Propõe que se retirem para um lugar deserto, para que **possam** ficar sozinhos. (CONTI, 2009)

(3) Não se **pode**, pois, repensar dinâmicas e esquemas em busca da superação das crises por novas configurações prescindindo da verdade central da fé cristã - tal o princípio de que o ser humano está feito para o dom. (AZEVEDO, 2009)

(4) Quem e o que sustentará as práticas humanas que **podem** antecipar as feições dos novos céus e da nova terra? (AZEVEDO, 2009)

(5) É sempre oportuno ter presente que não se **pode** ignorar a natureza humana ferida, inclinada para o mal. (AZEVEDO, 2009)

(6) De um coração mau, só **poderão** sair coisas más. (CONTI, 2009)

(7) De outra forma **podemos** falar bonito, ser exteriormente cheirosos e de bela aparência, contudo se não tivermos também bons pensamentos e muita vontade de fazer o bem, nada de bom mesmo conseguiremos realizar. (CONTI, 2009)

(8) Sempre seremos tentados a lavarmos somente as nossas mãos, a ficarmos na exterioridade da nossa fé. Essa superficialidade **pode** condenar a morte não somente a Jesus, como aconteceu quando Pilatos lavou as suas mãos. (CONTI, 2009)

(9) Deus age através da inteligência e da liberdade humana. Ele não age sozinho. Quer a nossa colaboração, age e trabalha nas criaturas, numa admirável sinergia entre o Criador e a criatura. Os homens constroem a história com as intenções e a graça de Deus. Não há concorrência, há colaboração. Somos co-criadores do Criador. Deus confia no homem, quer sua participação, colaboração e ação. Quando a liberdade humana erra, sai do rumo, a Providência corrige a rota com a misericórdia e a inspiração do Espírito. Sempre **podemos** ter esperança numa situação desesperadora. (BRANDES, 2009)

(10) Os pais **podem** ser ajudados, mas não substituídos. (OPPERMANN, 2009)

| Quadro 16: Tempo Comum (<i>poder</i>) | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|-------|
| Enunciado | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Valor |
| (1) | - | - | - | + | - | + | - | 2 |
| (2) | - | - | - | + | + | + | - | 3 |
| (3) | - | + | + | + | + | - | + | 5 |
| (4) | - | - | - | + | - | + | - | 2 |
| (5) | - | + | + | + | + | - | + | 5 |
| (6) | - | + | - | + | - | + | - | 3 |
| (7) | + | + | + | + | + | + | + | 7 |
| (8) | - | + | - | + | - | + | + | 4 |
| (9) | + | + | - | + | + | + | - | 5 |
| (10) | - | - | - | + | + | + | - | 3 |
| Média de prototipicidade | | | | | | | | 3,9 |

No Tempo Comum, o verbo modal *poder* apresenta um alto índice de ocorrência, se comparado a outros tempos litúrgicos, perfazendo 3,9 pontos. Esse período é um prolongamento dos tempos fortes, e representa, de certo modo, o tempo da Igreja, o momento em que ela expressa o poder a ela incumbido. O bispo, nesse período, fomenta o papel da Igreja, que fala por meio dele.

Exemplos com *dever*:

- (1) No centro de todo progresso **deve** estar o ser humano, coletivamente pensado, priorizando os grandes valores referenciais, éticos e morais, agregados aos benefícios advindos no tempo e no espaço. (PAGOTTO, 2009)
- (2) João Paulo II dizia que a razão **deve** ser curada pelo amor. (BOHN, 2009)
- (3) Estado leigo não significa estado ateu como querem fazer pensar alguns. Se o estado escolhesse alguma alternativa seria uma teocracia. Por ser leigo é que **deve** respeitar todas as religiões e também os grupos que não as tem sem privilegiar nenhuma, nem mesmo o ateísmo. (TEMPESTA, 2009)
- (4) Os que podem, **devem** procurar nesses dias algum lugar tranquilo para sair da rotina e descansar. (CONTI, 2009)
- (5) Em uma de suas homilias, Santo Agostinho explicou ao povo o sentido dessas palavras que, em sua opinião, **deveriam** revolucionar a vida de quem as entende: “Não há ninguém que não ame”. (RIZZARDO, 2009)
- (6) Na sua recente encíclica, Caritas in Veritate, o papa Bento XVI aborda os novos problemas surgidos com o mundo globalizado e indica por onde **deveria** ser procurado o caminho de um verdadeiro desenvolvimento humano. (SCHERER, 2009)

(7) A Boa Nova, que todo cristão **deve** anunciar a todos, a começar em sua própria casa, é que Deus, nosso Criador, é Pai de todos, todos somos irmãos e que somos chamados a amar-nos e amarmos aos outros, como seu Filho Jesus Cristo nos amou, entregando-se à morte, e morte de cruz, em favor de cada um de nós. (TEMPESTA, 2009)

(8) Os sonhos de vida digna, de paz e de entendimento entre todos **deveriam** motivar-nos para que se tornassem realidade em todos os cantos. (TEMPESTA, 2009)

(9) Pe. Cardijn, tocado pelas condições de vida indignas dos jovens trabalhadores e impressionado pelo seu afastamento da fé e da Igreja, começou a organizar grupos de jovens trabalhadores. À semelhança do Pe. Kolping, Cardijn crê profundamente nestes jovens, não obstante a exploração a que estão submetidos: “eles são capazes de protagonizar sua própria libertação” sem se afastarem do próprio ambiente operário e juvenil. Eles mesmos **devem** se converter em apóstolos de seus companheiros. (RODRIGUES, 2009)

(10) Eu **devo** escolher entre ser um dos magos ou Herodes. (RODRIGUES, 2009)

| Enunciado | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Valor |
|--------------------------|---|---|---|---|---|---|---|-------|
| (1) | - | + | + | + | + | + | + | 6 |
| (2) | - | + | + | + | - | + | + | 5 |
| (3) | + | + | + | + | - | + | + | 6 |
| (4) | - | + | + | + | + | + | - | 5 |
| (5) | - | - | - | + | - | + | - | 2 |
| (6) | - | - | - | + | - | + | - | 2 |
| (7) | - | + | + | + | + | + | + | 6 |
| (8) | - | - | - | + | - | + | - | 2 |
| (9) | - | + | + | + | + | + | + | 6 |
| (10) | + | + | + | + | + | + | + | 7 |
| Média de prototipicidade | | | | | | | | 4,7 |

O verbo *dever* apresenta um índice de prototipicidade de 4,7 pontos. A análise de suas ocorrências nesse tempo litúrgico revela mais uma exortação à prática da fé do que uma obrigação ou imposição, amenizando o valor fortemente deôntico ligado a esse verbo.

Exemplos com *querer*:

(1) O que acontece é que o padre é um homem público, alguém em quem o povo cristão **quer** confiar e se espelhar. (RIZZARDO, 2009)

- (2) A verdade é que Israel **quer**, a todo custo, eliminar o grupo islâmico “Hammas”, acusado de constantes ataques terroristas. (PAGOTTO, 2009)
- (3) No início deste ano pastoral, quando a vida das paróquias e comunidades vai retomando seu ritmo, **quero** recordar algo próprio da identidade e da missão da Igreja e de cada um de nós, seus membros. (SCHERER, 2009)
- (4) **Quero** dedicar esta reflexão aos pastores que dedicam o seu tempo diuturnamente, para dar a vida e oferecer pastagens abundantes ao seu rebanho. (BATTISTI, 2009)
- (5) Por outro lado, já surgem inovadores que **querem** abolir a Confirmação como Sacramento separado do Batismo. (KRAPF, 2009)
- (6) Na 8ª Romaria da Santa Cruz, romaria jubilar, **queremos** caminhar como povo diocesano, sob o símbolo da cruz, para transformarmos também aqui nossa terra em Continente do Amor! (BOHN, 2009)
- (7) A semana nacional pela vida e o dia do nascituro **querem** ajudar a manter despertada a consciência do povo brasileiro em relação ao cuidado com a pessoa humana e, sobretudo, de sua vida, que também é seu maior bem. (SCHERER, 2009)
- (8) Por isso, ao saudar os padres da Arquidiocese de Juiz de Fora e da Diocese de Luz, Igrejas que servi com devotamento, **quero** saudá-los e animá-los a viver autenticamente o ministério ordenado, sempre solidários aos anseios do povo santo de Deus e iluminados pela sedução em sempre servir a todos com alegria e com devotamento. (VELOSO, 2009)
- (9) **Quero** aqui trazer à memória e ao coração a solene Ordenação Episcopal de nosso querido primeiro Arcebispo de Maringá, em Ribeirão Preto, no dia 20 de janeiro de 1957. (BATTISTI, 2009)
- (10) Nossos padres não precisam tanto de confetes, mas de compreensão, colaboração, perdão e oração. Por outro lado, o povo quer um bom médico, um bom professor, um bom advogado, forçosamente **quer** ter um bom padre. (BRANDES, 2009)

| Enunciado | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Valor |
|--------------------------|---|---|---|---|---|---|---|-------|
| (1) | + | - | + | + | + | + | - | 5 |
| (2) | + | + | + | + | + | + | + | 7 |
| (3) | + | - | + | + | + | + | - | 5 |
| (4) | + | - | + | + | + | + | - | 5 |
| (5) | + | + | + | + | + | + | + | 7 |
| (6) | + | - | + | + | + | + | - | 5 |
| (7) | + | - | + | + | - | + | - | 4 |
| (8) | + | - | + | + | + | + | - | 5 |
| (9) | + | - | + | + | + | + | - | 5 |
| (10) | + | + | + | + | + | + | + | 7 |
| Média de prototipicidade | | | | | | | | 5,5 |

O verbo modal *querer* apresentou, no Tempo Comum, um baixo índice de ocorrência, perfazendo apenas 5,5 pontos. A intenção de aderir aos ensinamentos desloca-se nesse tempo litúrgico, dando lugar a um tom orientativo, revelando, assim como no caso de *poder*, a incumbência da Igreja em conduzir os seus fiéis à fé.

4.4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir da análise do índice de prototipicidade dos verbos modais *poder*, *dever* e *querer* foi possível estabelecer a sua média de prototipicidade, conforme podemos ver na tabela a seguir:

| Tempo litúrgico | Verbo modal | | |
|--------------------------|--------------|--------------|---------------|
| | <i>poder</i> | <i>dever</i> | <i>querer</i> |
| Tempo do Advento | 3,3 | 4,3 | 6,2 |
| Tempo do Natal | 3,6 | 4,6 | 5,8 |
| Tempo da Quaresma | 3,9 | 5,2 | 5 |
| Tempo da Páscoa | 3,6 | 4,5 | 4,8 |
| Tempo Comum | 3,9 | 4,7 | 5,5 |
| Média geral | 3,66 | 4,66 | 5,46 |

Os dados expostos acima podem nos oferecer diversas informações a respeito dos verbos modais analisados. O índice dos verbos modais que mais se aproxima de 7 corresponde a um modal mais gramaticalizado, com funções mais bem determinadas, e aquele que se afasta de 7 apresenta significado mais difuso e mais difícil de ser definido fora de um contexto. Assim, o verbo modal *querer*, que apresentou um índice médio de

prototipicidade de 5,46, está bastante gramaticalizado, o que explica a relativa constância de significado: mesmo fora de um contexto, é possível, na maioria dos casos, definir o significado de *querer* como verbo modal que indica volição. O verbo modal *dever*, por sua vez, apresentou um índice mais baixo, perfazendo 4,66 pontos de 7. Apesar desse resultado, *dever* ainda pode ser considerado um verbo modal fortemente gramaticalizado. No entanto, diferentemente de *querer*, o verbo *dever* apresenta geralmente um significado difuso, que somente pode ser bem definido quando situado em um contexto. Sua gramaticalização mais fraca dá origem a valores como ordem, obrigação, necessidade, futuro ou também avaliação subjetiva, podendo apresentar, por isso, tanto significado deontico quanto epistêmico. O verbo modal *poder* revelou um índice de prototipicidade muito baixo, se comparado com os demais modais analisados. O valor 3,66 corresponde a pouco mais da metade do valor prototípico 7, justificando a sua classificação como verbo modal que obtém o seu significado apenas em um contexto. A vasta gama de significados possíveis para *poder* inclui capacidade física ou intelectual, permissão, obrigação, proibição e avaliação subjetiva, dentre outros.

CONCLUSÃO

A hipótese de que os tempos litúrgicos apresentam verbos modais com índices de prototipicidade variados foi confirmada pelos dados analisados. Isso se deve ao fato de cada tempo litúrgico apresentar temas específicos com diferentes enfoques por parte da Igreja e também do episcopado, o que condiciona o uso desses modais. Assim, o deslocamento de prototipicidade é motivado pelo falante em relação ao momento comunicativo.

Por meio da análise realizada, também foi possível perceber que os verbos modais *dever* e *querer* formam os polos de autoridade da Igreja, sendo oriundos do bispo, e não do fiel. O bispo, em seu papel de argumentador, por vezes se oculta por meio da omissão dos pronomes pessoais de primeira pessoa, e dessa forma, generaliza o significado da modalização.

Com relação ao verbo modal *poder*, notou-se que o seu valor deôntico dá lugar, nos artigos de opinião analisados, ao valor epistêmico. Apesar disso, no Tempo da Quaresma e no Tempo Comum, os índices de prototipicidade de *poder* aumentaram levemente, o que pode ser explicado pelo fato de o bispo, nesses tempos litúrgicos, exercer a sua autoridade como “pastor do rebanho de Cristo”. O bispo é, portanto, intermediário entre Deus e os fiéis, e cabe a ele a tarefa de transmitir a palavra de Deus.

A modalização, no contexto dos artigos de opinião analisados, constitui uma forma de atenuação dos enunciados, o que acarreta, em certos tempos litúrgicos, uma diminuição significativa dos seus índices de ocorrência. Verificou-se que a modalização, no contexto religioso de forma geral, tem a função de marcar a intermediação entre Deus e os fiéis. Quando essa função cede lugar para algo maior, como no Tempo da Páscoa, nota-se uma redução no índice de prototipicidade de todos os modais.

Por meio da análise efetuada torna-se possível também estabelecer melhor o conceito de traços funcionais, empregado nesta pesquisa: por meio dele, faz-se referência ao modo como os verbos modais estabelecem significados em um âmbito comunicativo. Assim, isoladamente os modais não apresentam significado, o qual é obtido apenas por meio de sua utilização efetiva. Afirmar que *poder* indica permissão ou capacidade, que *dever* indica obrigação e que *querer* expressa vontade, sem situar esses verbos em um contexto, é completamente inadequado do ponto de vista teórico e metodológico.

No que se refere às suas funções comunicativas, foi possível notar, nos exemplos analisados, que os verbos modais frequentemente se prestam a atenuar uma asserção, ou a indicar que ela é geral e coletiva, e que não representa uma mera opinião pessoal.

Através desta pesquisa, foi possível averiguar e validar, por meio dos enunciados analisados, a hipótese de que os verbos modais constituem gradações de subjetividade, e não meros pares opositivos. Por conseguinte, a proposta de parâmetros funcionais para a análise e classificação desses verbos se revelou válida, tendo sido possível estabelecer índices de prototipicidade. A concepção de que os verbos modais apresentam significado difuso pôde ser explicada pela consideração dos seus traços funcionais, classificação essa que permitiu definir mais precisamente os valores desses verbos.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ARAÚJO, Inês Lacerda. *Introdução à Filosofia da Ciência* – 3. ed. rev. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

COMPARINI, Ana Maria Paulino. *Diálogos Pertinentes*, Vol. 4, Nº 4, 2008, p. 32, Editora UNIFRAN, Franca.

EISENBERG, Peter, GELHAUS, Herrmann, WELLMANN, Hans, HENNE, Helmut, SITTA, Horst. *Duden – Grammatik der deutschen Gegenwartssprache – Band 4 – 6.*, neu bearbeitete Auflage. Mannheim, Leipzig, Wien, Zürich: Dudenverlag: 1998.

JOHNEN, Thomas. *Die Modalverben des Portugiesischen (PB und PE) - Semantik und Pragmatik in der Verortung einer kommunikativen Grammatik*. Hamburg: Verlag Dr. Kovac, 2003.

MICHEL, Israel. *The pragmatics of polarity*. In HOM & WARD (eds.). *The handbook of pragmatics*. Blackwell, 2004.

MIRANDA, Lara Carvalho. *As construções concessivas de polaridade negativa no português do Brasil*. Juiz de fora, 2008.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Falar de... e dizer que... Ou: A construção das predicções*. In: *Texto e Gramática*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

NUYTS, Jan. *Epistemic Modal Qualifications: on their Linguistic and Conceptual Structure* (=Antwerp Papers in Linguistics 81. Wilrijk: Universiteit Antwerpen; Universitaire Instelling Antwerpen; Departement Germaanse Taalen, Afdeling Linguïstiek, 1994.)

SCHULZ, Dora, GRIESBACH, Heinz. *Grammatik der deutschen Sprache*, 8., neubearbeitete Auflage. München: Max Hueber Verlag, 1970.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *O aspecto verbal do português; a categoria e sua expressão*. 3 ed. Uberlândia: Ed. Universidade Federal de Uberlândia, 1994.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BYBEE, Joan, PERKINS, Revere, PAGLIUCA, William. *The evolution of grammar*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

CÂMARA JR. Joaquim Mattoso. *Dicionário de filologia e gramática referente à língua portuguesa*. São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza: Ozon, 1974.

CASTILHO, A. *Introdução à Linguística Cognitiva*. Relatório Científico submetido à FAPESP (Proc. 99/10399-9), 1999, p. 32 a 64.

COSTA, Albano Dias da. *Periphrastic Verbal Expressions in Portuguese*, in: SCHMIDT-RADEFELDT, Jürgen (ed.): *Readings in Portuguese Linguistics* (=North-Holland Linguistics Series 22). Amsterdam, New York, Oxford: North-Holland, 1976.

CUNHA, M. A. F., OLIVEIRA, M. R. e MARTELOTTA, M. E. (orgs). *Linguística funcional: teoria e prática*. 1ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DE HAAN, Ferdinand. *Typological approaches to modality*. In: FRAWLEY, William (ed.). *Modality*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2005.

FAUCONNIER, Gilles; SWEETSER, Eve. *Spaces, worlds and grammar*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

GALVÃO, Vânia Cristina (org.). *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HARRIS, Zellig S. *Discourse Analysis*. Obtido de <<http://pt.scribd.com/doc/5195166/DISOURSE-ANALYSIS-ZELLIG-HARRIS>>, em 22/08/2011, às 11:30.

HELBIG, Gerhard, BUSCHA, Joachim. *Deutsche Grammatik: Ein Handbuch für den Ausländerunterricht*, 3. Auflage. Berlin: Langenscheidt, 2001.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

INÁCIO, Sebastião Expedito. *Análise sintática em três dimensões*. Franca: Ed. Ribeirão, 2002.

JOHNEN, Thomas. *Die Modalverben des Portugiesischen (PB und PE) (Dissertation): Semantik und Pragmatik in der Verortung einer kommunikativen Grammatik*. Hamburg: Kovač, 2003.

JOHNEN, Thomas. *Zur Herausbildung der Kategorie Modalverb in der Grammatikographie des Deutschen (und des Portugiesischen) – pp. 283-338*. In: *Pandaemonium germanicum*. São Paulo: Humanitas, 2006.

JOHNEN, Thomas. *A semântica dos verbos modais e suas funções discursivas numa perspectiva de pragmática funcional*. In: *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*. MARÇALO, Maria João, LIMA-HERNANDES, Maria Célia, ESTEVES, Elisa, FONSECA, Maria do Céu, GONÇALVES, Olga, VILELA, Ana Luísa, SILVA, Ana Alexandra. (eds.). Évora: Editora da Universidade de Évora, 2010.

MALINOWSKI, Bronisław. *Argonauts of the Western Pacific: An account of native enterprise and adventure in the Archipelagoes of Melanesian New Guinea*. London: Routledge and Kegan Paul, 1922.

MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.) *Manual de lingüística*. São Paulo: Contexto, 2008.

MATEUS, Maria Helena, BRITO, Ana Maria, DUARTE, Inês, FARIA, Isabel Hub. *Gramática da Língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1989.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A polissemia dos verbos modais. Ou: falando de ambigüidades*. In: *ALFA – Revista de Linguística*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2000.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Falar de... e dizer que... Ou: A construção das predicções*. In: *Texto e Gramática*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

PALMER, Frank Robert. *Mood and modality*. Cambridge: Cambridge University, 1986.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. *Structure and Function in Primitive Society: Essays and Addresses*. Glencoe: Free Press, 1952.

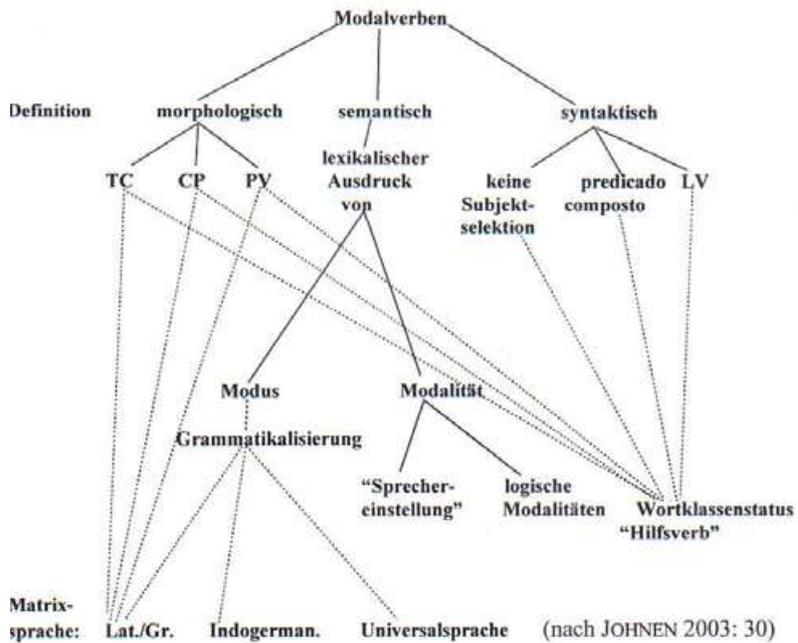
SWEETSER, E. *From Etymology to Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TRAUGOTT, E. *On the rise of epistemic meanings in English: an example of subjectification in semantic change*. In: *Language Journal of the Linguistic Society of America*. Baltimore: Waverly Press Inc., 1989.

ANEXOS

ANEXO A: FORMAS DE CONSIDERAÇÃO DOS VERBOS MODAIS

Abbildung 1: Betrachtungsweisen der MV in der Grammatikographie des Deutschen und Portugiesischen



Legende:

- TC = Tempos Compostos/ Zusammengesetzte Tempora
- CP = Conjugação perifástica/ Periphrastische Konjugation
- PV = Perífrase verbal/ Verbalperiphrase
- LV = Locução verbal/ Verbbefüge

